



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS ANTÔNIO MARIZ – CAMPUS VII
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

SÉRGIO MEDEIROS DOS SANTOS FILHO

**AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE PATOS/PB**

**PATOS
2014**

SÉRGIO MEDEIROS DOS SANTOS FILHO

**AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE PATOS/PB**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Administração da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof^a. Msc. Ayalla Cândido Freire.

PATOS

2014

UEPB - SIB - Setorial - Campus VII

S237a Santos Filho, Sérgio Medeiros dos
Avaliação de Políticas Públicas: uma análise do Programa Bolsa Família no município de Patos - PB [manuscrito] / Sergio Medeiros dos Santos Filho. - 2014.
65 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, 2014.

“Orientação: Profa. Ma. Ayalla Cândido Freire, CCEA”.

1. Gestão de Políticas públicas. 2. Avaliação de políticas públicas. 3. Impactos do Programa Bolsa Família. I. Título.

21. ed. CDD 361.25

SÉRGIO MEDEIROS DOS SANTOS FILHO

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE PATOS/PB

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Administração da Universidade
Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito
para obtenção do título de Bacharel em
Administração.

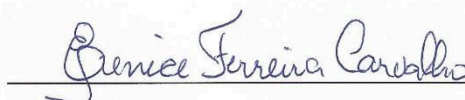
Aprovada em: 24/11/2014.

BANCA EXAMINADORA



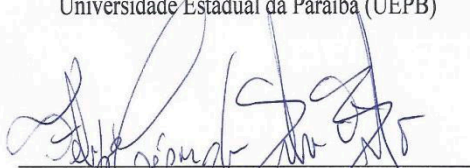
Prof.^a Msc. Ayalla Cândido Freire (Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Msc. Eunice Ferreira Carvalho

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Msc. Felipe César da Silva Brito

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho a minha mãe, Carleusa, pelo seu exemplo de companheirismo, dedicação e amizade.

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar, pela força e coragem em mim depositado durante toda esta longa caminhada.

À professora Ayalla Cândido Freire pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

A minha mãe Carleusa, por sempre estar presente na minha vida e ser o melhor exemplo de determinação e honestidade que uma pessoa precisa ter.

Ao meu avô Francisco, a minha irmã Carliane e meu padrasto Manoel, por terem me apoiado e ficarem ao meu lado nas horas em que eu mais precisava.

A minha avó e bisavó (in memoriam), embora fisicamente ausente, sentia sua presença ao meu lado, dando-me força.

A Francisco Ramos, pelo apoio nos trabalhos acadêmicos que colaboraram para a minha melhor formação profissional.

A Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Patos/PB, por colaborar para a realização desta pesquisa, permitindo dedicação total nas atividades de pesquisa e análise.

Aos professores do Curso de Especialização da UEPB, em especial, Ayalla Cândido, Eunice Ferreira e Felipe Cesar, que contribuíram ao longo de quatro anos, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

A todos meu sincero agradecimento.

“Fácil é sonhar todas as noites. Difícil é lutar
por um sonho.”

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

A avaliação de uma política pública é um instrumento que visa auxiliar a gestão de uma política com relação a sua continuidade e seu desenvolvimento. Além disso, a avaliação torna-se uma fonte de informação para os seus usuários, beneficiários e a sociedade em geral, sobre seu desempenho e impactos. Desta forma, o presente estudo tem o objetivo de compreender a avaliação do Programa Bolsa Família no município de Patos/PB perante a visão dos beneficiários e gestores públicos. Para isso, foram utilizadas três categorias analíticas de avaliação de política pública: avaliação de metas, processo e impactos. Trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa do tipo descritiva, envolve a investigação a partir de documentos, cujos dados foram coletados através de entrevistas com os gestores e um questionário com os beneficiários. Os resultados demonstram que houve progressos do programa na redução da pobreza e desigualdade social, além de melhoras nos aspectos socioeconômicos dos beneficiários. Deste modo, a avaliação de impactos é satisfatória, visto que nesta fase são evidenciadas as modificações que ocorrem no desenvolvimento das pessoas, seja na sua qualidade de vida ou superação de vulnerabilidades. Contudo, na avaliação de metas, não existem metas pré-determinadas para o programa, assim não é possível avaliar o alcance de seus objetivos traços previamente. Já na avaliação de processo, carece ser realizada uma análise para usar adequadamente os dados produzidos durante o desenvolvimento do programa, permitindo a introdução de mudanças no seu conteúdo. Observa-se, pois que, são relevantes os impactos socioeconômicos que o programa tem proporcionado na vida das famílias. Todavia, ele necessita ser avaliado para constatar suas possíveis falhas, para que os avanços no desenvolvimento da política sejam realizados em menor tempo, gerando impactos permanentes para os beneficiários.

Palavras-Chave: Políticas públicas. Avaliação. Impactos. Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

The evaluation of public policy is a tool that aims at assisting the management of a policy with respect to its continuity and its development. Furthermore, the evaluation becomes a source of information for its members, beneficiaries and society in general about their performance and impacts. Thus, this study aims to understand the evaluation of the Bolsa Família Program in the city of Patos/PB at the sight of beneficiaries and public managers. For this, three analytical categories for assessing public policy were used: evaluation of goals, processes and impacts. This is a survey of quantitative and qualitative descriptive, involves the investigation of documents from which data was collected through interviews with managers and a questionnaire with beneficiaries. The results demonstrate that there has been progress of the program in reducing poverty and inequality, as well as improvements in the socioeconomic aspects of the beneficiaries. Thereby, the impact assessment is satisfactory, since at this stage are highlighted changes that occur in the development of people, either in their quality of life and overcoming vulnerabilities. However, the assessment of targets, there are no pre-determined goals for the program, so it is not possible to assess the achievement of its objectives previously lines. In the evaluation process, an analysis needs to be performed using adequate data produced during the development of the program, allowing the introduction of changes in its content. Observed because they are relevant socioeconomic impacts that the program has brought in the lives of families. Nevertheless, it needs to be evaluated to find its possible flaws, so the advances in the development of policy to be made in less time, generating permanent impacts for beneficiaries.

Keywords: Public policy. Evaluation. Impacts. Bolsa Família Program.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ciclo de políticas públicas.....	22
Figura 2 – Etapas analíticas da avaliação de uma política pública.....	25
Figura 3 – Distribuição de renda no Brasil.....	31
Figura 4 – Mapa do município de Patos/PB.....	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Valores anuais nominais repassados pelo Programa Bolsa Família (R\$).....	29
Gráfico 2 – Quantidade de filhos antes e depois do PBF.....	41
Gráfico 3 – Número de pessoas residentes em cada domicílio.....	42
Gráfico 4 – Tempo estimado para entrar no PBF após o cadastro.....	43
Gráfico 5 – Valor do benefício.....	43
Gráfico 6 – Tempo médio do benefício.....	44
Gráfico 7 – Situação financeira dos beneficiários.....	47
Gráfico 8 – Qualidade de vida dos beneficiários.....	48
Gráfico 9 – Gasto médio com educação.....	48
Gráfico 10 – Acompanhamento social.....	50
Gráfico 11 – Condição alimentar antes e depois do PBF.....	52
Gráfico 12 – Gastos com alimentação.....	52
Gráfico 13 – Avaliação do Programa Bolsa Família (PBF).....	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
OCDE	Organização para a Coordenação e Desenvolvimento Econômico
PBF	Programa Bolsa Família
PB	Paraíba
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Plano Nacional por Amostra de Municípios.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Justificativa do estudo	16
1.2	Objetivos	17
1.2.1	Objetivo geral.....	17
1.2.2	Objetivos específicos	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	Políticas públicas.....	18
2.2	O ciclo de políticas públicas	20
2.2.1	A avaliação de políticas públicas	23
2.3	Programa Bolsa Família (PBF)	26
2.3.1	Bolsa Família e os impactos socioeconômicos.....	30
3	METODOLOGIA.....	34
3.1	Tipo de Pesquisa	34
3.2	Definição constitutiva (DC) e definição operacional (DO) das categorias analíticas.....	35
3.3	Universo de análise	36
3.4	Técnicas e instrumentos de coleta de dados.....	37
3.5	Tratamento e análise dos dados	38
4	RESULTADOS ENCONTRADOS.....	39
4.1	Caracterização do objeto de estudo.....	39
4.1.1	Caracterização do Programa Bolsa Família (PBF) no município de Patos/PB...	41
4.2	Avaliação do Programa Bolsa Família (PBF) no município em estudo.....	44
4.2.1	Avaliação de metas	44
4.2.2	Avaliação de processo.....	47
4.2.3	Avaliação de impactos.....	51
5	CONCLUSÃO.....	56
	REFERÊNCIAS	58
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA OS BENEFICIÁRIOS	62
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS GESTORES ..	65

1 INTRODUÇÃO

A política pública surge como um caminho para equacionar problemas socioeconômicos, dessa forma ela atua no desenvolvimento do país. A importância do campo do conhecimento de políticas públicas nasce com a questão econômica principalmente no que diz respeito às políticas restritivas de gastos, só adiante, a área social entra na agenda do governo.

O estudo das políticas públicas, ainda que contemporâneos, surgiu nos Estados Unidos como um campo de conhecimento acadêmico, com ênfase nas ações de governo e sem instituir ligações com o papel do Estado. Já na Europa, os estudos e as pesquisas se dirigiam mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção do governo, desse modo se configura um desdobramento dos trabalhos baseados em hipóteses explicativas sobre o papel do estado e do governo (SOUZA, 2007).

Para Dias & Matos (2012), as políticas públicas são princípios que depende do poder público e da sociedade, buscando assim mediar às tensões das classes sociais, amenizando os conflitos. A sua avaliação, torna-se um instrumento imprescindível para o avanço da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle sobre a efetividade da ação do Estado, bem como para a divulgação de resultados de governo.

Além do aspecto de análise objetiva de resultados, a avaliação de uma política pública possui características qualitativas e não apenas quantitativas, porque ela compreende um diagnóstico sobre o valor das intervenções governamentais na visão dos avaliadores internos ou externos, além dos usuários ou beneficiários.

Partindo dessa ótica, os Programas de Transferência de Renda são considerados importantes mecanismos de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza e como possibilidade de dinamização da economia, sobretudo em pequenos municípios encontrados em todo o Brasil. Esses programas fazem parte do eixo prevalente no atual Sistema Brasileiro de Proteção Social, situando-se no âmbito das transformações econômicas e societárias que vêm marcando a reestruturação do capitalismo mundial na sua fase mais recente, identificada a partir dos anos 1970, com maior aprofundamento nos anos 1980 e no Brasil, nos anos 1990 (SILVA, 2005).

O Brasil implantou, em 2003, através da Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, que foi convertida na Lei 10.836, em 09 de janeiro de 2004, o Programa Bolsa Família (PBF), consequência da unificação de diversos programas formulados nos anos 2000 (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás). O programa consiste em conceder às

famílias pobres e extremamente pobres um benefício em dinheiro para milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77 mensais e está baseada na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos, mediante o compromisso de que algumas condicionalidades nas áreas de saúde e de educação sejam cumpridas (BRASIL, 2014).

Desde sua criação, o Programa Bolsa Família (PBF) tem provocado uma série de estudos por acadêmicos e técnicos preocupados em avaliar essa política pública que se transformou na principal via de combate à pobreza e desigualdade do Brasil.

O PBF visa o cumprimento de seus objetivos e condicionalidades pelos seus integrantes e o poder público; fiscalização de irregularidades; a relação direta entre escolaridade e benefícios; a existência de impactos sociais e econômicos gerados pela transferência de renda a famílias beneficiárias e, especialmente, a redução da pobreza (MDS, 2014).

Segundo o IBGE (2012), as desigualdades sociais apresentaram diminuição no país nos últimos dez anos, contudo algo sem muita expressão, tendo em vista que 10% da população mais rica concentram 42% da renda do país. Por outro lado, 40% dos mais pobres concentravam somente 13,3% da renda do país, de acordo com o relatório Sínteses de Indicadores Sociais, elaborado através de uma ampla pesquisa realizada em domicílio, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Além disso, conforme o IBGE, 6,4% das famílias brasileiras recebia até um quarto de salário mínimo por pessoa (cerca de R\$ 155,50) e 14,6% ganhavam entre um quarto e meio salário mínimo por pessoa (entre R\$ 155,50 e R\$ 311). Apesar do abismo evidente, a diferença entre o rendimento médio dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres, que era de 16,8 vezes em 2002, caiu para 12,6 vezes em 2012.

Diante disso, há a necessidade de se criar políticas públicas compensatórias para um eficiente funcionamento da sociedade, com o intuito de diminuir os danos causados, por exemplo, pela falha na distribuição de renda, que gera esta lacuna entre ricos e pobres. O Estado tem o papel de intermediador entre as duas classes com o dever de reduzir cada vez mais a pobreza e a desigualdade.

Com foco no município em estudo, Patos/PB, de acordo com o MDS (2014), a cidade possui atualmente 104.716 habitantes, a soma de recursos transferidos pelo Programa Bolsa Família no Município de Patos/PB, atingiu o valor total no último ano de R\$ 19.751.836. Desse modo, a respectiva cidade, pode proceder em benefícios para a comunidade local, tanto no que diz respeito à movimentação econômica, como no que tange

ao retorno sob a forma de investimento federal para o município em si, e, sobretudo no que tange o objetivo principal do Programa Bolsa Família: uma perspectiva capaz de minimizar a pobreza, tendo como agravante a má distribuição de renda. Além disso, ele é uma importante ferramenta para geração de renda nos municípios; forte arma de combate à pobreza juntamente com a oferta de programas complementares que possibilitem a saída da condição de miséria.

Compreender a pobreza como um elemento estrutural decorrente da dinâmica histórica no desenvolvimento do capitalismo, enquanto fator complexo, multidimensional e relativo, permite desconsiderar seu juízo exclusivamente da insuficiência de renda e os pobres como apenas um grupo homogêneo e com fronteiras bem delimitadas. Ademais, por meio das políticas de transferência de renda, o poder público pode nas situações de pobreza, conseguir a superação ou apenas o controle desse fator (SILVA, 2005).

Dessa maneira, ao observar as condições de dificuldades enfrentadas pelo Governo Federal especificamente no processo de gestão do Programa Bolsa Família (PBF), se faz necessário uma pesquisa para compreender como esta política pública vem sendo avaliada pelos seus atores, através da indicação dos impactos socioeconômicos do programa, o processo de avaliação desta política pública perante as suas condicionalidades no município em estudo, além de compreender como a avaliação dos resultados do PBF no município de Patos/PB contempla os impactos socioeconômicos apontados pelos beneficiários.

Nesse contexto, a questão geradora desta pesquisa foi: quais os resultados do Bolsa Família no município de Patos/PB, e como eles tem sido avaliados pelos gestores locais e beneficiários?

1.1 Justificativa do Estudo

Neste trabalho é abordada uma avaliação do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, que representa na atualidade o principal componente do Plano Brasil Sem Miséria. Algumas questões são postas, sendo a principal delas, analisar a avaliação do Programa Bolsa Família por seus beneficiários e gestores na cidade de Patos/PB, bem como, os impactos que este programa de transferência de renda tem sobre os beneficiários do município e a avaliação desta política pública perante as suas condicionalidades.

Os programas de transferência de renda que são a base de sustentação do atual sistema brasileiro de proteção social. A função desses programas, no curto prazo, é aliviar os problemas decorrentes da situação de pobreza e, no longo prazo, investir no capital humano e

aumentar o poder socioeconômico das pessoas. Por meio disso, o Estado implanta ações com o objetivo de assegurar o bem estar social e cumprir o direito situado na constituição que é a garantia de saúde, educação, trabalho e alimentação para todo indivíduo.

Diante disso, este estudo tem enquanto relevância acadêmica e social, o intuito de compreender como esta política pública vem sendo avaliada por seus beneficiários e gestores públicos na cidade de Patos/PB, sobretudo no que concerne ao seu aprendizado e desenvolvimento diante dos seus impactos para os beneficiários diretos e indiretos, por meio dos fatores socioeconômicos gerados por ela.

Apesar de estar frente a um evento atual, não se encontrou muitos estudos sobre como esta política pública colabora para o processo de distribuição de renda e redução da pobreza no município em estudo. Dessa forma, busca-se com este trabalho, contribuir para o entendimento dessa questão, além de trazer um aprofundamento e ampliação do tema para os sujeitos pesquisados, bem como a sociedade.

1.2 Objetivos

Partindo-se da problemática elegida para o estudo, a pesquisa apresenta os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivo geral

- Compreender a avaliação do Programa Bolsa Família no município de Patos/PB na perspectiva dos beneficiários e gestores públicos.

1.2.2 Objetivos específicos

- Indicar os impactos socioeconômicos do Programa Bolsa Família para os beneficiários do município de Patos/PB;
- Verificar o processo de avaliação desta política pública perante as suas condicionalidades no município em estudo;
- Compreender como a avaliação dos resultados do Programa Bolsa Família no município de Patos/PB contempla os impactos socioeconômicos apontados pelos beneficiários.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico relaciona-se à seleção do significado de cada conceito-chave tratado na pesquisa e, em consonância com a linha de pesquisa e teoria adotadas pelo autor/pesquisador. O seu objetivo é fornecer um esquema completo o suficiente para desenvolver a pesquisa, e isso exige proposições teóricas (GIL, 2010).

Dessa forma, inicia-se tal fundamentação pelo contexto de políticas públicas, os seus ciclos, com ênfase na última etapa do ciclo, a avaliação, para posteriormente focar o Programa Bolsa Família (PBF), além da compreensão geral em relação aos impactos socioeconômicos do programa ao longo das décadas, proporcionando assim, um embasamento teórico para uma futura análise da influência do PBF na distribuição de renda, diante aos beneficiários no município de Patos/PB.

2.1 Políticas públicas

As políticas públicas instituem metas, ações e objetivos para encaminhar soluções que resolvam problemas sociais nos mais variados campos, como educação, saúde, assistência social, habitação, lazer, transporte, segurança e meio ambiente, que impactam diretamente na área econômica.

Uma política pública trata-se de um mecanismo formado para enfrentar um problema público. Ela é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como relevante na sua coletividade. (SECCHI, 2013).

Na concepção de Boneti (2007, p. 74) o Estado se transforma em um agente que repassa à sociedade as decisões saídas do âmbito da conexão de forças tomadas entre os agentes do poder. Assim, o autor conceitua políticas públicas, da seguinte forma:

As políticas públicas são os efeitos da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Essas relações produzem um conjunto de atos atribuídos à instituição estatal, que geram o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos.

Ainda encontram-se definições que enfatizam o papel da política pública na dissolução de problemas. Críticos dessas definições, que valorizam aspectos racionais e

procedimentais das políticas públicas, argumentam que elas ignoram a essência da política pública, isto é, as dissensões em torno de ideais e interesses.

Pode-se também acrescentar que, por reunirem o foco no papel dos governos, essas definições abandonam sua aparência conflituosa e os extremos que cercam as decisões dos governos. Além disso, esquecem ainda as possibilidades de cooperação que podem incidir entre os governos, instituições e grupos sociais (CANO, 2009).

Apesar de optar por enfoques diferentes, os significados de uma política pública assume de maneira geral, uma visão global do tema, um aspecto de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam distorções sobre o valor relativo destes fatores.

Souza (2006) mapeou a partir de diferentes autores, os principais modelos de formulação e análise de políticas públicas desenvolvidas para se compreender melhor como e por que o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que refletirá na vida das pessoas:

- **O tipo da política pública** – os mais variados tipos de política pública encontrarão distintos arranjos de adesão e de rejeição, e as lutas em torno de suas decisões advêm de campos diferentes, cabe ao gestor ter flexibilidade nas suas ações.
- **Incrementalismo** - as políticas públicas não conseguem seus meios de alimento do zero, eles surgem de debates marginais e de procedimentos incrementais. Dessa maneira, eles não levam em consideração as modificações políticas;
- **O ciclo da Política Pública** - constitui-se como um ciclo deliberado, composto por diversos estágios que contempla uma metodologia dinâmica, contínua e de constante feedback. São eles: definição da agenda, identificação das alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação;
- **O modelo “garbage can”** – as mais diferentes organizações estabelecem as preferências para a solução dos problemas visualizados (ações) e não, as prioridades constroem a ação. A concepção da dificuldade e das soluções é limitada, e elas precisam atuar em um sistema de tentativa e erro;
- **Coalizão de Defesa** – as políticas públicas necessitam ser elaboradas como um conjunto de subsistemas relativamente estáveis, que se articula com os eventos externos, que através desses aspectos dão parâmetros para os contratempos e os recursos de cada política pública;
- **Arenas Sociais** – nesse tipo, a política pública vislumbra um aspecto relacionado com os empreendedores políticos. Visto que, para que uma determinada circunstância ou

evento se decomponha em um problema, é preciso então, que os indivíduos se convençam de que algo precisa ser feito e mudado;

- **Modelo de “equilíbrio interrompido”** – essa forma de modelo tem por característica, extensos períodos de estabilidade, que terá desvios em períodos de instabilidade para ocasionar mudanças nas políticas antecedentes;

Logo, em uma visão teórica e conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são áreas multidisciplinares, e seu enfoque está nos esclarecimentos sobre a natureza da política pública e seus procedimentos. Portanto, uma hipótese genérica da política pública sugere a procura de interligar teses construídas no campo da sociologia, da ciência política, bem como da economia (DIAS & MATOS, 2012).

As políticas públicas ecoam na economia e nas sociedades, conseqüentemente, qualquer conjectura dela é necessária também esclarecer as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Por esse motivo pesquisadores de disciplinas como: economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas, dividem um interesse comum na área e têm cooperado para progressos teóricos e empíricos.

2.2 O ciclo de políticas públicas

O ciclo das políticas públicas busca analisar, examinar e compreender como todas as ações são iniciadas ao definir a agenda, seguindo pela sua elaboração, implementação, e por fim a avaliação da política pública. Todos esses caminhos são realizados para que se tenha uma completa abrangência dos seus rumos.

Segundo Secchi (2013), o ciclo de políticas públicas é um projeto trajado através de visualizações e interpretações que organiza a vida de uma política pública em etapas sequenciais e interdependentes, que busca compreender de maneira geral toda a política para traçar as ações necessárias para o seu desenvolvimento.

As políticas públicas precisam ser entendidas como um ciclo dinâmico e contínuo, que visualizam as possibilidades de mudanças no seu curso. Sua conexão foi alterada ao acrescentar mais uma fase: a avaliação das políticas públicas. Ao enfatizar suas referências nos processos pelos quais os resultados das políticas são monitorados pelos agentes do Estado e pelos atores sociais, são identificados para análise às reconceituações tanto dos problemas quanto das soluções (DIAS & MATOS, 2012).

Rico (2009, p. 88) define outra forma como uma política pública é construída:

As políticas públicas são interligações de processos que incluem o estabelecimento de uma agenda; a especificação das opções a partir das quais as escolhas são feitas; uma escolha final entre essas alternativas específicas, através de votação no Legislativo ou decisão da presidência; e por fim sua implantação.

Alguns autores idealizam subdivisões distintas. Secchi (2013) sugere diferentes fases das políticas públicas quanto ao seu ciclo, o início se dar pela identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, passando pela tomada de decisão, implementação, avaliação e por último a etapa da extinção.

Já na visão de Souza (2006), as etapas que compõem o ciclo de uma política pública são: definição da agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. O ciclo carece de ser encerrado pela avaliação, para que posteriormente, um diagnóstico minucioso dela venha a ser feita, redefinido assim o ciclo de forma contínua.

O ciclo de políticas públicas é um plano que estabelece a história de uma política pública em fases que seguem uma sequência e de maneira interdependente. Apesar de várias versões já desenvolvidas, ele é restringido aos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções e seleção das opções, implementação e avaliação (SARAIVA, 2006).

O mesmo autor, explica melhor cada etapa do momento do ciclo das políticas públicas. A seguir será apresentado cada etapa:

- **Construção da agenda** – ela traduz a incorporação de uma demanda na lista de prioridades do poder público. Segundo o autor, a inserção na agenda é realizada pela indução que justifica uma intervenção pública legítima, sob a forma de uma decisão dos gestores públicos.
- **Elaboração de alternativas** - consiste em identificar e delimitar um problema atual ou potencial, levantar as possíveis alternativas para sua solução, avaliar os custos e benefícios de cada uma delas e definir as prioridades. Predomina-se a visão técnica nessa etapa.
- **Avaliação e seleção das opções** - designado como a fórmula que inclui a seleção e especificação das opções mais convenientes, definindo seus objetivos e seu padrão jurídico, administrativo e financeiro. Esta etapa assume um dos papéis mais importantes dos critérios políticos.

- **Implementação** – ela é composta pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos para executar uma política. Abrange a elaboração de todos os planos, programas e projetos e o recrutamento e o treinamento dos que irão executar a política.
- **Avaliação** – a última etapa do ciclo de políticas públicas, que visa mensurar e analisar os seus resultados e impactos para a sociedade, principalmente no que se refere às realizações alcançadas e às consequências antevistas e não previstas, almejadas e não desejadas.

A figura 01 ilustra o ciclo de políticas públicas comentado anteriormente.

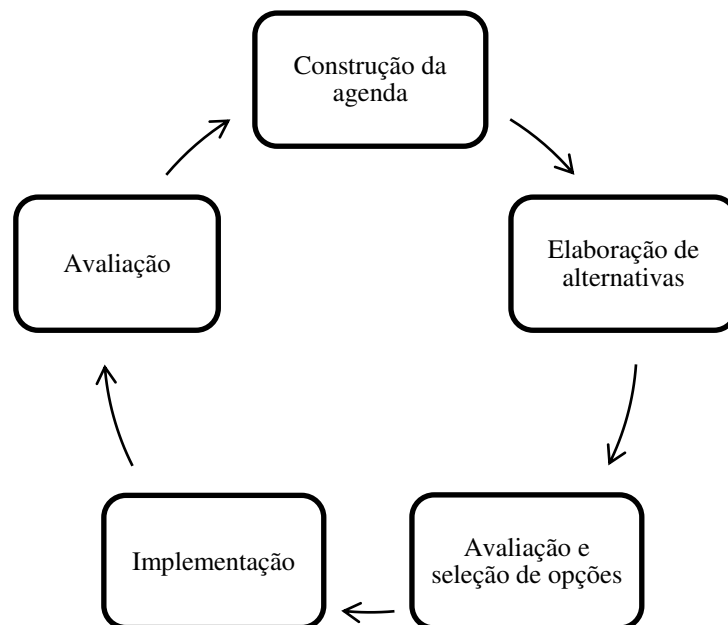


Figura 01: Ciclo de políticas públicas.
Fonte: Adaptado de Saravia (2006, p.26).

Dessa forma, o ciclo de políticas públicas corrobora com a organização de ideias, faz com que as complexidades encontradas na política pública sejam simplificadas, assim, ajuda pesquisadores, políticos e administradores a criarem um referencial comparativo para casos heterogêneos.

A seguir, será apresentada a última etapa do ciclo de políticas públicas que foi analisada nesta pesquisa, a avaliação, que visa determinar e analisar os resultados produzidos pelas políticas públicas, através das suas metas, processos e impactos para a sociedade.

2.2.1 A avaliação de políticas públicas

A avaliação de uma política pública integra as etapas que constituem o ciclo das políticas públicas. Esse ciclo carece ser estudado de forma constante e seguir continuamente todas as etapas da política pública, a partir da identificação de falhas ocorridas na construção de sua agenda, até o seu exame avaliativo.

Segundo Secchi (2013), avaliação de uma política pública, é semelhante a um processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, ademais, ela trata sobre o sucesso ou falha de projetos que foram colocados em prática, bem como, transmite a sociedade em geral, o seu desempenho e impactos.

Garcia (2001, p.31) define a avaliação da seguinte maneira:

A avaliação é uma operação na qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional, a partir de um quadro referencial ou padrão comparativo previamente definido. Pode ser considerada, também, como a operação de constatar a presença ou a quantidade de um valor desejado nos resultados de uma ação empreendida para obtê-lo, tendo como base um quadro referencial ou critérios de aceitabilidade pretendidos.

A avaliação deve proporcionar informações que sejam aceitáveis e úteis, para favorecer a incorporação da experiência adquirida no processo de tomada de decisão. Ela também deve ser vista como um mecanismo de avanço nesse procedimento de tomada de decisão, a fim de garantir melhores elementos, sobre as quais eles possam fundamentar suas disposições e prestar com eficiência as contas das políticas públicas.

Não obstante, Cotta (2001) observa que nenhuma iniciativa foi lançada para avaliar as reformas das políticas públicas, pelo contrário, encontra-se desinteresse sobre a avaliação, principalmente, entre praticantes bem informados e experientes em reforma da gestão pública, alguns até mesmo propagam uma resistência a ela que aparenta predominar no seu próprio governo.

As avaliações podem acarretar dificuldades para os governantes, executores e gerentes de planos, visto que, os resultados colhidos poderão afetá-los diretamente. As informações e resultados das avaliações podem ser utilizados por toda a sociedade, para que tenham um conhecimento real de como elas estão sendo geridas e quais as suas consequências.

Segundo Cano (2009), a política pública é analisada de três de três maneira:

- Antes da implementação – esse tipo de avaliação consiste em verificar os

valores que serão investidos, o custo para se implementar a política pública, e quais os retornos além de econômicos desse investimento;

- Durante a implementação – ela busca durante sua análise, colher mais informações referentes à sua metodologia de implementação. O seu foco visa aperfeiçoar a gestão, a implementação e o desenvolvimento do programa;
- Após a implementação – conhecidas também como ex-post ou somativa, essa forma de avaliação investiga, compreende e identifica como as metas, os processos e os impactos de uma política pública estão sendo geridos, avaliados, e quais os seus resultados. Ademais, facilitam a sua gestão posteriormente após ser implementada e a sociedade na sua compreensão.

Uma postura mais abrangente sobre a metodologia de avaliação de políticas públicas é exposta por Costa & Castanhar (2003). Os autores partem do pressuposto que se avaliação é um meio de mensuração e análise de valor. As distintas tipologias de diagnóstico que norteiam a avaliação de políticas reúnem objetivos, critérios e modelos analíticos de maior ou menor complexidade, segundo as categorias delimitadas para apreciação, solicitando do pesquisador dimensões procedimentais pertinentes.

Nesse caso, a avaliação de políticas públicas compreende três tipologias analíticas: avaliação de metas, avaliação de processos e avaliação de impactos.

A avaliação de metas visa indicar o grau de êxito que um programa obtém. As metas de um programa são os resultados mais imediatos que dele transcorrem, como por exemplo, número de pessoas atendidas em centros de saúde, número de horas de aula, número de leitos hospitalares, o número de beneficiários de uma política pública, etc. Ela se refere a uma avaliação ex- post, uma vez que, sugere a imputação de valores a um conjunto de metas, além de determinar o sucesso do programa em função de que tais metas tenham sido cumpridas (COSTA & CASTANHAR, 2003).

Para o mesmo autor, a segunda tipologia analítica de uma política pública trata-se da avaliação de processo, ela investiga com o objetivo de identificar defeitos na elaboração dos procedimentos, seguir e avaliar a execução dos métodos de implantação dos programas, identificar empecilhos e obstáculos à sua implementação e gerar dados para sua reprogramação, por meio do registro de intercorrências e de atividades. Essa avaliação se realiza simultaneamente ao desenvolvimento do programa, logo, o uso correto das informações causadas admite incorporar variações ao seu teor.

Por último, a avaliação de impactos, na visão de Cano (2009), ela enfoca os efeitos ou impactos produzidos sobre a sociedade e, imediatamente, além dos beneficiários diretos da intervenção pública, avalia-se sua efetividade social. Por meio dessa terceira tipologia analítica, detectam-se as transformações que efetivamente ocorreram e em que medida as mudanças ocorreram na direção desejada. Para isso, dois fatores orientam a avaliação de impacto: primeiro é o reconhecimento de modificações social na política em análise e, por conseguinte, configura a investigação para mensurar seus impactos; o segundo pressuposto é a guia da análise: ela baseia-se na interligação entre o programa e as mudanças sociais e econômicas provocadas por ele.

A avaliação tem a finalidade de agir na tomada de decisões, mesmo quando esta relação não esteja visivelmente formada. A avaliação guia as inovações, baseia a favor ou contra uma reforma, institui índices de eficiência e eficácia e indica os impactos de suas medidas implementadas.

A figura 02 explana os métodos de avaliação das políticas públicas apresentadas anteriormente.

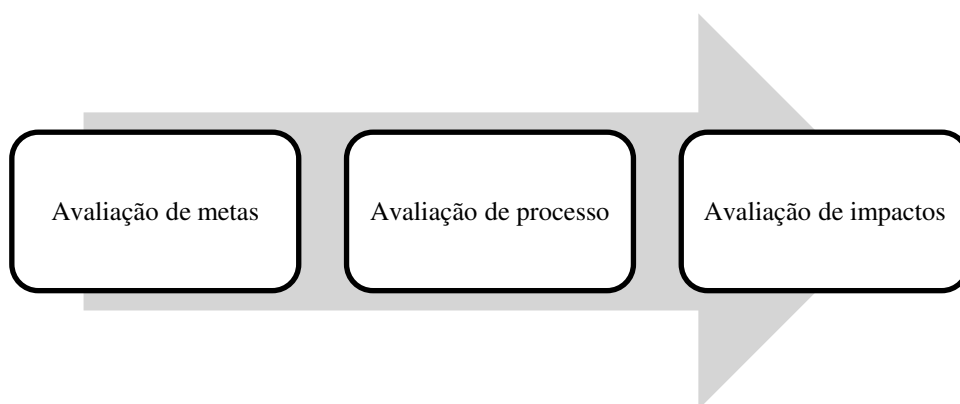


Figura 02: Etapas analíticas da avaliação de uma política pública.

Fonte: Adaptado de Cano (2009, p. 63).

Com a utilização das três categorias analíticas da avaliação de uma política pública, existe a possibilidade de uma análise em conjunto que interliga a avaliação de metas, processos e impactos, assim, o pesquisador obtêm uma melhor sobre abrangência da política, além de uma maior compreensão dos fatores que a influencia (CANO, 2009).

As avaliações de uma política pública servem ainda para serem debatidas e analisadas entre os seus usuários diretos e indiretos por meio do acesso às informações, aos procedimentos empregados e aos resultados alcançados. A avaliação torna-se, assim, uma fonte para a democracia no controle e conhecimento sobre as ações do governo.

2.3 Programa Bolsa Família (PBF)

Os programas de transferência de renda buscam solucionar problemas relacionados com a má distribuição de renda, falta de oportunidades na área profissional, falha no acesso a serviços públicos e, sobretudo, amenizar as vulnerabilidades dos seus beneficiários.

O Programa Bolsa Família foi instituído pelo Governo Federal por meio da medida provisória nº 132, de 20 de Outubro de 2003, e regulamentada pela Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. O Programa tem o objetivo de unir os métodos de gestão e execução das ações de transferência de renda, sobretudo os programas: Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação - Bolsa Escola, Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, e do Programa Auxílio-Gás (BRASIL, 2014).

O Bolsa Família faz parte do plano governamental Brasil Sem Miséria, que tem como finalidade, atuar entre os milhões de brasileiros com renda familiar per capita abaixo de R\$ 77 mensais. O programa visa: reduzir a pobreza e extrema pobreza, garantir renda aos beneficiários, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos.

De acordo com o Weissheimer (2006), os benefícios do PBF são fundamentados no perfil da família inscrita no Cadastro Único. Entre os dados averiguados, estão: renda mensal por indivíduo, número de integrantes da família, total de crianças e adolescentes de até 17 anos, além da existência de gestantes.

Segundo o MDS (2014), a regulamentação do programa estabelece os seguintes tipos de benefícios:

- **Benefício Básico:** R\$ 77,00 concedido apenas a famílias extremamente pobres, onde sua renda mensal por indivíduo seja de até R\$ 77,00.
- **Benefício Variável de 0 a 15 anos:** R\$ 35,00 dado às famílias com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade.
- **Benefício Variável à Gestante:** R\$ 35,00 concedido às famílias que tenham gestantes em sua composição. Além disso, paga-se nove parcelas consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês de gestação. A identificação da gravidez é realizada no Sistema Bolsa Família na Saúde. Porém, o Cadastro Único não permite identificar as gestantes.

- **Benefício Variável Nutriz:** R\$ 35,00 prestado às famílias que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição. Ademais, é pago seis parcelas mensais consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, mas as crianças devem ter sido identificadas no Cadastro Único até o sexto mês de vida.
- **Benefício Variável Vinculado ao Adolescente:** R\$ 42,00 conferido a famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos. Contudo, esse tipo de benefício tem a limitação de dois por família.
- **Benefício para Superação da Extrema Pobreza:** após serem analisados todos os casos, esse tipo de benefício é concedido às famílias do PBF que continuam em situação de extrema pobreza, mesmo depois do recebimento dos outros benefícios. Ele é calculado para garantir que as famílias ultrapassem o limite de renda da extrema pobreza.

Ainda de acordo com o MDS (2014), o PBF possui três princípios/eixos principais que regem o programa são:

- I. Transferência de renda, para promover o alívio imediato da pobreza;
- II. Condicionalidades que reforcem o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social;
- III. Ações e programas complementares que objetivam o desenvolvimento das famílias, para que desta forma, os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

A quantia auferida pelo PBF é depositada todos os meses pelo Governo federal para as famílias integrantes do programa. O saque é realizado com cartão magnético, emitido preferencialmente no nome das mulheres. Existem ainda, tipos de benefícios característicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam.

Para Campos e Miotto (2003), a entrega de cartão magnético supera a visão de que as famílias pobres não possuem racionalidade no uso de seu recurso, ultrapassando o preconceito de que eles utilizam tal benefício para gastos supérfluos, em vez de ser direcionado para o seu verdadeiro fim.

A gerência do programa instituído pela Lei 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, é descentralizada e compartilham as responsabilidades: a União,

Estados, Distrito Federal e Municípios. Eles trabalham em conjunto para aprimorar, expandir e fiscalizar sua execução e desenvolvimento (BRASIL, 2014).

Segundo Cohn (2004), o Programa Bolsa Família inova quando elege a família como beneficiária, e não cada um de seus membros isoladamente, como nos casos anteriores do Bolsa Escola e do Bolsa Alimentação, e possui também, a não estipulação de quotas de números de bolsas para cada município já que é meta do Governo atingir o máximo possível de famílias pobres e extremamente pobres.

Com base nos dados dos beneficiários, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) nomeiam, de maneira automatizada as famílias que serão inclusas para recebimento do benefício. Todavia, o cadastramento não provoca a entrada imediata das famílias no programa e o recebimento do benefício.

Com a utilização das informações armazenadas no Cadastro Único para programas sociais, são esboçadas e desenvolvidas as ações, planos e metas das políticas públicas direcionadas à população mais vulnerável. Para aperfeiçoar a condição das informações fornecidas pelas famílias registradas pelos municípios, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), é o órgão que avalia mensalmente os níveis de qualidade dos cadastros da base nacional e seu grau de atualização. Os cadastros necessitam ser atualizados pelos municípios, no máximo, a cada dois anos contados de sua data de inclusão ou última atualização.

Ademais, o MDS utiliza mecanismos de monitoramento das informações das pessoas cadastradas por meio do cruzamento dos dados do Cadastro Único com outros registros administrativos. Dessa forma, é possível constatar indícios de inconsistências nas informações constantes no cadastro das famílias, sobretudo no que se refere à renda declarada, vínculo de trabalho e composição familiar.

Segundo o MDS (2014), o programa atendeu em abril de 2014, 14,1 milhões de famílias em todo o país. Ao todo, o governo federal investiu mais de R\$ 2,1 bilhões, com valor médio nacional de R\$ 149,46 por beneficiário. No estado da Paraíba, foram mais de R\$ 81 milhões em benefícios, destinados a 512.619 mil pessoas com valor médio de R\$ 158,85.

Enfatizando o Programa Bolsa Família (PBF) no município de Patos/PB, de acordo com próprio MDS (2014), a cidade tem população estimada em 105.531 habitantes, verifica-se que em setembro de 2014, a cidade apresenta 12.666 famílias no Programa Bolsa Família. Isso representa 121% do total estimado de famílias do município com perfil de renda do programa. Foram transferidos neste mês, R\$ 1.755.073,00 às famílias beneficiárias. De junho de 2011 (início do Plano Brasil Sem Miséria) a maio de 2014, por exemplo, houve aumento

de 1,76 % no total de famílias beneficiárias. Em março de 2013, o benefício do Brasil Carinhoso, começou a ser pago as famílias extremamente pobres com filhos de 0 a 15 anos, além de ter extensão posterior, a todas as famílias do PBF. Com essa mudança, objetiva-se superar de forma eficaz e rápida a extrema pobreza no Brasil.

Com base no relatório analítico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em 03 de julho de 2014, a soma de recursos transferidos pelo Programa Bolsa Família no Município de Patos-PB, teve aumento de 319,39 %, no período entre 2004 a 2013, atingindo o valor total no último ano de R\$ 19.751.836, conforme o gráfico 01 a seguir.

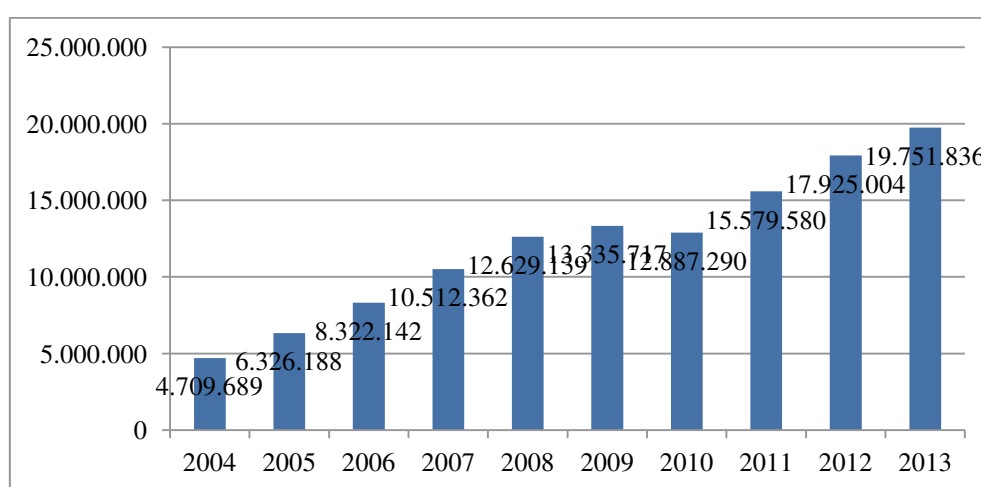


Gráfico 01: Valores anuais nominais repassados pelo Programa Bolsa Família (R\$).

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, (2014).

Ao ingressarem no PBF, os beneficiados conseguem de maneira imediata, a superação dos problemas relacionados com a pobreza, fome e a desintegração do ambiente familiar, no seu curto prazo. No longo prazo, o PBF carece ter o objetivo o combate à desigualdade social, através da melhoria do status educacional e da saúde de seus beneficiários com a interligação de suas condicionalidades, promovendo assim, avanços nas oportunidades de qualificação e consequente inserção futura no mercado de trabalho (SOARES et al, 2007).

As condicionalidades são obrigações a serem cumpridos pelo poder público, bem como pelos beneficiários do programa. Na saúde, por exemplo, existe o acompanhamento da saúde de gestantes com exames de rotina, nutrízes e crianças menores de 7 anos de idade, com exigência da manutenção do cartão de vacinas atualizado. Na área da educação, o aluno deve estar matriculado e sua frequência escolar mínima de 85% no ano letivo por crianças e adolescente com idade de 6 a 15 anos. Além disso, o retorno de adultos analfabetos à escola e

a participação de todas as famílias em ações de educação alimentar são oferecidas pelo Governo (MDS, 2014).

Através das condicionalidades, especialmente com relação ao adequado cumprimento de suas normas feitas pelas famílias integrantes do programa nos campos da saúde e educação, elas terão direito as políticas públicas desenvolvidas pelos seus responsáveis, com o objetivo em longo prazo de surgimento de oportunidades para a superação da pobreza e avanços profissionais para os beneficiários, contudo, esses aspectos estão ligados aos direitos de qualquer cidadão, por isso é necessário à criação de políticas de transferência de renda para aliviar a desigualdade social no país.

2.3.1 Bolsa Família e os impactos socioeconômicos

Ao longo dos últimos anos, uma série de pesquisas e estudos foram realizados após a implementação do Programa Bolsa Família (PBF). Esses estudos têm apresentado progressos das condições de vida da população mais vulnerável, que ocasiona redução da desigualdade social e aumento da renda destas famílias. O crescimento gerado pelo programa impacta na economia, sendo também fator responsável pelo aumento nos níveis de consumo, principalmente de alimentos.

Segundo Barros et al (2006), o PBF teve influência direta na queda de um terço da desigualdade no Brasil entre 2001 e 2004. Já o mercado de trabalho, foi o gerador do outro terço dessa redução. De acordo com o levantamento realizado pelo IPEA neste período, houve uma diminuição na desigualdade na média de 0,7% ao ano com relação ao Índice de Gini, que expõe o nível de desigualdade a partir da renda per capita.

Nesta avaliação, conforme o pesquisador do IPEA citado acima pode representar pouco, entretanto não. Esses números representam uma queda significativa, devido à ideia autêntica de esta informação apresentar que os 30% mais ricos perderam renda com o aumento salarial e os 20% mais pobres obtiveram uma taxa de crescimento de quase 7% ao ano.

Para Silva et al (2006), a desigualdade social no Brasil atingiu o menor nível desde o Censo do IBGE elaborado no ano de 1960. Os dados constataam que um crescimento e avanço no início da década até hoje na redução das desigualdades entre pobres e ricos causada pelo PBF e os seus antecessores. O agente dessa redução e queda da desigualdade no Brasil pode ser relacionado à expressiva melhoria no sistema de proteção social, onde um número amplo

de famílias pobres passou a ser beneficiada por uma transferência governamental, que acarreta na redução de suas vulnerabilidades.

Como podemos observar através da Figura 03 a seguir, onde através do Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), a distribuição de renda no país teve um aumento considerável na região Nordeste, que historicamente é caracterizada por uma acentuada desigualdade social. Aracaju foi a capital nordestina com maior impacto socioeconômico nesse período. Todavia, a menor renda per capita fica em um estado do Nordeste, o Maranhão.

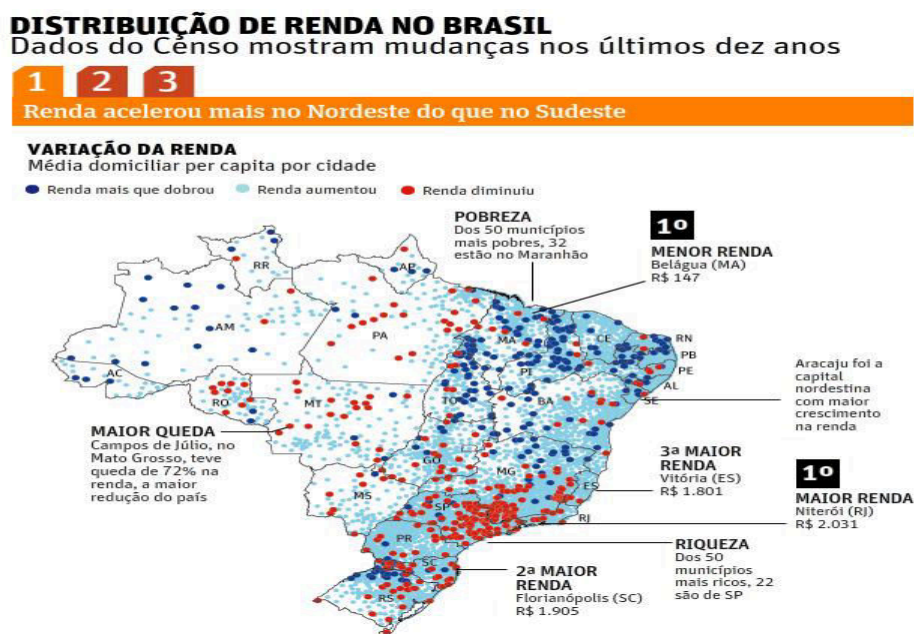


Figura 03: Distribuição de renda no Brasil.
Fonte: IBGE (2010).

Para que o Brasil possa desenvolver-se social e economicamente em todos os seus estados federativos, é necessário, por exemplo, que a política pública PBF tenha enfoque também na geração de trabalho e renda, desenvolver e criar oportunidades para aqueles que menos possuem, será um dos caminhos para o crescimento de todo o país (WEISSHEIMER, 2006).

Segundo o mesmo autor, um fator importante dos impactos do programa, são as mudanças provocadas no comércio local. Os municípios mais pobres recebem uma injeção de recursos oriundos dele. Através disso, há um aumento considerável do consumo, e conseqüentemente, crescimento da economia dessas cidades.

Destarte, o elevado investimento do governo em programas voltados para a diminuição da pobreza na última década ainda não é suficiente para o Brasil, pois o país encontra-se entre os mais desiguais socialmente na escala mundial, de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2013). Em seu Relatório Territorial Brasil 2013 que decompõe e analisa diversos aspectos do país, revelou que, apesar dos avanços expressivos nos últimos 15 anos, a distinção entre as economias dos estados brasileiros continua alta, menor apenas que o México e duas vezes superior à média dos membros da OCDE.

De acordo com o estudo, o coeficiente Gini que mede a desigualdade de renda, identificou que entre os estados brasileiros a desigualdade era de 0,30 em 2010, enquanto no México, por exemplo, o mais desigual, era de 0,34. Esse coeficiente varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 0, menor a desigualdade. Entre os países pesquisados, o Japão apresenta a melhor distribuição de renda, com índice de 0,06.

O resultado do Brasil, no entanto, é positivo ao comparar os últimos anos pesquisados, destaca a OCDE. O relatório aponta que o forte crescimento de regiões mais pobres foi um fator importante para a diminuição da desigualdade, que diminuiu cerca de 0,7 ponto percentual por ano entre 2001 e 2007. Nesse período, o PIB per capita do estado de Roraima, por exemplo, acendeu de 46% da média nacional para 72%. Já o do Mato Grosso aumentou de 82% para 103%. Apesar dos avanços, o estudo destaca os que desafios precisam ser vencidos, pois programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, são importantes, entretanto, o país precisa investir em áreas com saúde e educação ainda deficitários no país e outras medidas complementares, para que os progressos sejam vistos a longo prazo.

Segundo Campello & Neri (2013), que desenvolveram uma pesquisa por meio do IPEA após o Programa Bolsa família (PBF) completar dez anos de sua implementação, afirmam que ele é o programa de transferência de renda que mais impacta na economia, pois a cada R\$ 1,00 investido no programa há um retorno no PIB de R\$ 1,78. Ocasionalmente ainda, uma geração de R\$ 2,40 sobre o consumo final das famílias beneficiárias.

Destarte, conforme os mesmos pesquisadores, ele possui um dos menores custos entre os chamados programas de transferências sociais se comparados com outros, dessa forma é o que obtêm maior impacto sobre a economia. O efeito do PBF na redução das desigualdades é 369% superior em relação aos benefícios previdenciários em geral e 86% maior se confrontado ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é pago a idosos e pessoas com deficiência. E tudo isso com o investimento de R\$ 24 bilhões por ano, que

equivalem a apenas 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Nos seus primeiros dez anos de existência, o Programa Bolsa Família (PBF) reduziu em 28% a extrema pobreza no Brasil.

Parafraseando Pizani & Rego (2013), a diminuição da pobreza por meio dos programas de transferência de renda não será constante sem a geração de empregos locais e sem crescimento interno. As políticas públicas carecem de interligação com as políticas voltadas para o desenvolvimento da mão de obra interna, corroborando com impactos socioeconômicos duradouros.

A pobreza é um fenômeno complexo e histórico em nossa sociedade. A forma de defini-la irá determinar a maneira de combatê-la. As políticas públicas se relacionam com esse aspecto, dessa forma, ela atua no desenvolvimento dos seus usuários diretos e indiretos. A importância do campo do conhecimento de políticas públicas nasce com a questão econômica e social.

3 METODOLOGIA

Segundo Acevedo e Nohara (2010), o método científico forma-se nas regras e processos nos quais a ciência se fundamenta em acolher ou não suas características de conhecimento, incluindo hipóteses, normas e teorias. Dessa maneira, ele caracteriza-se por ser a lógica da justificação. É com esse entendimento que serão expostos na presente seção, o tipo de pesquisa, a definição constitutiva (DC) e definição operacional (DO) das categorias analíticas, universo de análise, técnicas e instrumentos de coleta de dados; e o tratamento e análise dos dados.

3.1 Tipo de pesquisa

Quanto à forma de abordagem, é uma pesquisa qualitativa e quantitativa. Segundo Gil (2010), uma pesquisa qualitativa é comprovada por aquilo que não pode ser mensurável, uma vez que o fato e o sujeito são elementos que não podem ser separados. Assim, quando se trata do sujeito, levam-se em consideração seus traços subjetivos e suas particularidades. Tais particularidades não podem ser traduzidas em números quantificáveis. Já a pesquisa quantitativa é mais adequada para apurar opiniões, costumes e ações dos entrevistados, uma vez que utilizam mecanismos padronizados, como por exemplo, os questionários. Esse tipo de investigação é empregado quando se tem precisamente o que deve ser indagado para alcançar os fins da pesquisa. Ademais, trazem a possibilidade da realização de projeções para a população representada, testam de maneira precisa, as hipóteses levantadas para a pesquisa e proveem índices que podem ser confrontados com outros (VERGARA, 2009).

Quanto aos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se por ser descritiva, pois de acordo com Dias & Silva (2010), este tipo de pesquisa procura descrever as particularidades de determinada população. Através dela pode ser elaboradas também, pesquisas com a finalidade de identificar prováveis relações entre as mais diversas variáveis, bem como, ir além destas relações para produzir a sua natureza.

Quanto aos procedimentos utilizados, trata-se de um estudo de caso, que consiste no estudo intenso e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que admita seu amplo e detalhado conhecimento. Ressalta a interpretação de um caso particular e busca retratar a realidade de forma complexa e profunda. (GIL, 2010).

3.2 Definição constitutiva (DC) e definição operacional (DO) das categorias analíticas

Diante desse quadro, importantes elementos para o rigor da pesquisa qualitativa são as definições constitutivas, que correspondem ao conceito dado dentro da fundamentação teórica, aos termos que serão utilizados, bem como a definição operacional, que trata-se da forma como esses termos serão identificados na realidade, admitindo a operacionalização da definição constitutiva (VIEIRA, 2004).

Dessa forma, foram definidas, a partir dos objetivos específicos sobre a avaliação e impacto do Programa Bolsa Família, três categorias analíticas de pesquisa: (C1) Avaliação de metas; (C2) Avaliação de processo e (C3) Avaliação de impacto, conforme exposto a seguir.

(C1) AVALIAÇÃO DE METAS

DC: A avaliação de metas tem o objetivo de verificar o nível de êxito que um programa alcança. As metas de um programa são os resultados mais imediatos que dele provêm, como por exemplo, a quantidade de pessoas atendidas em centros de saúde, o número de horas de aula, etc. Ela é caracterizada como uma avaliação ex-post, visto que implica a atribuição de valores a um contingente de metas, definindo o êxito do programa em função de que as metas tenham sido realizadas (COSTA & CASTANHAR, 2003).

DO: A sua operacionalização será realizada por meio da verificação do alcance dos planos traçados e como eles atendem aos objetivos, por meio dos resultados, impactos e consequências. Esse tipo de avaliação trabalha com impactos e processos, dos quais podem derivar o nível de êxito do programa através de dados quantitativos sobre as metas que guiam o programa em sua totalidade diante do seu alvo.

(C2) AVALIAÇÃO DE PROCESSO

DC: A avaliação de processo visa detectar deformidades na elaboração dos procedimentos, seguir e avaliar a execução dos métodos de implantação dos programas, identificar barreiras e obstáculos à sua implementação e gerar dados para sua reprogramação, através do armazenamento de imprevistos e atividades. Esse tipo de avaliação é realizado de forma

simultânea ao desenvolvimento do programa, logo, o uso adequado das informações produzidas permite incorporar mudanças ao seu conteúdo (COSTA & CASTANHAR, 2003).

DO: Nesta pesquisa a operacionalização de seu emprego é acompanhar e verificar se as ideias, estratégias e cumprimento do que foi estabelecido anteriormente estão sendo realizados, bem como o nível de aproveitamento ou validade das ações. Nesse sentido, a utilização dessa categoria analítica está no fato que não é possível prognosticar todas as situações favoráveis ou não durante a elaboração de uma política e quando feita ao longo da implementação, permite o monitoramento dos processos responsáveis pela produção do resultado, permitindo controlar com antecipação o tamanho e a qualidade do efeito desejado.

(C3) AVALIAÇÃO DE IMPACTO

DC: Já a avaliação de impacto, conforme Cano (2009) focaliza os efeitos ou impactos produzidos sobre a sociedade e conseqüentemente, para os contemplados diretos e indiretos da intervenção pública, avaliando sua efetividade social. Busca-se nessa avaliação detectar as mudanças que efetivamente aconteceram e em que alcance as mudanças ocorreram na direção desejada.

DO: A operacionalização nesta terceira etapa será feita por meio dos objetos a serem analisados: primeiro, os impactos diretos - modificações quantitativas nas condições materiais; segundo, os impactos indiretos - transformações na opinião da sociedade sobre a sua qualidade de vida; e terceiro, os impactos substantivos nas condições de vida - alterações nos aspectos econômicos, educacionais, trabalhistas.

3.3 Universo de análise

De acordo com Martins (2007, p.44) “a amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”.

Para Vergara (2009), população não é definida apenas pelo número de habitantes de um local, mas um conjunto de fatores que têm particularidades importantes para serem estudadas. Por outro lado, a amostra, é uma parte do universo da pesquisa escolhida sobre algum critério de representação para o pesquisador.

O presente estudo teve com referência a população de 12.666 beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) no município de Patos/PB, utilizando uma amostra de 100 pessoas na pesquisa por meio de técnicas não probabilísticas por conveniência, que se trata de técnicas onde há uma escolha determinada dos elementos da população, que não permite generalizações dos resultados colhidos das pesquisas para a população, nela o pesquisador seleciona os membros da população mais acessíveis. (BARBETTA, 2002).

3.4 Técnicas e instrumentos de coleta de dados

Com relação à parte qualitativa deste trabalho, a técnica de coleta de dados elegida para a presente pesquisa foi a entrevista. De acordo com Vergara (2011), esta é uma técnica onde o responsável pela coleta realiza as perguntas ao entrevistado e este responde oralmente a estas perguntas. Para isso, o responsável pela coleta, também visto como entrevistador, agenda pontos específicos a serem analisados diante do entrevistado.

O instrumento de coleta de dados será o roteiro elaborado através dos pontos necessários ao alcance dos objetivos, sendo assim, composto de uma entrevista semiestruturada a ser aplicada aos gestores do Programa Bolsa Família no município de Patos/PB. Segundo Roesch (2010), as entrevistas semi estruturadas usam questões abertas, onde torna admissível para o entrevistador compreender e captar o ponto de vista dos participantes de sua pesquisa proposta.

Já sobre o componente quantitativo da pesquisa na coleta de dados, foi utilizado o instrumento do tipo questionário aplicado com os beneficiários do PBF. O questionário visa recolher informações que se baseia comumente na investigação de um grupo representativo da população em estudo. Para tal, coloca-se uma série de questões que abrangem um assunto importante para os investigadores, além de não possuindo interação direta entre estes e os indagados (VERGARA, 2009).

Além disso, trata-se do tipo questionário fechado, que segundo Gil (2010), onde é constituído de questões de resposta fechada que permite conseguir respostas para a comparação com outras ferramentas de recolha de dados. Este tipo de questionário promove o tratamento e análise da informação que consomem menos tempo.

3.5 Tratamento e análise dos dados

Nesse enfoque, é estabelecido o desenvolvimento de um questionário, onde o pesquisador apresenta as mesmas questões para todas as pessoas garantindo o anonimato e que pode conter questões para atender os objetivos específicos de uma pesquisa. Dessa maneira, são medidas as atitudes, comportamentos e outras questões (DIAS & SILVA, 2010).

Parafraseando Martins (2007), em uma pesquisa de caráter quantitativo, normalmente os dados coletados são submetidos a uma análise estatística descritiva, que fornece resumos simples sobre a amostra e sobre as observações que foram feitas. Os dados alcançados nesse tipo de análise, tanto podem formar a base da descrição inicial dos elementos, como parte de uma análise estatística mais extensa, ou eles podem ser suficientes por si mesmos.

Já sobre a parte referente à pesquisa qualitativa trata-se de uma análise de conteúdo, que segundo Vergara (2011), constitui uma técnica de pesquisa usada para expor, descrever e explicar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Esse diagnóstico conduz sentidos metódicos, qualitativas ou quantitativas, auxilia a reinterpretar das mensagens e colabora para atingir uma compreensão de seus significados em um nível que vai além de uma simples leitura.

Essa metodologia de pesquisa compõe uma investigação teórica e prática, com um significado importante no campo das avaliações sociais. Constitui-se mais do que um simples procedimento de análise de dados, representa uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente trabalho buscou compreender a avaliação do Programa Bolsa Família no município de Patos/PB na perspectiva de beneficiários e gestores públicos.

Para isso, foi realizada a aplicação de questionários com os beneficiários do respectivo programa, por meio de uma amostra de 100 pessoas que em termos percentuais coletados na pesquisa representam 98% de mulheres e 2% de homens, onde, 31% possuem idade entre 31 e 40 anos; 24% entre 21 e 30 anos; 22% de 41 a 50 anos; 14% até 20 anos e 9% maiores de 50 anos. As escolaridades dos mesmos são respectivamente, 34% possuem ensino fundamental, 23% tem ensino médio, outros 27% são apenas alfabetizados e 16% consiste em analfabetos. Além dos beneficiários, foi feita uma entrevista com a secretária de desenvolvimento social, responsável pela gestão do programa no município em estudo, que ocupa tal função há quatro anos.

Desse modo, por meio dos objetivos específicos sobre a avaliação e impacto do Programa Bolsa Família (PBF), será apresentada a seguir a caracterização da política pública em estudo, e por seguinte, a análise das três categorias analíticas de pesquisa: avaliação de metas, avaliação de processo e avaliação de impactos, a partir da perspectiva dos gestores públicos e beneficiários do programa.

4.1 Caracterização do objeto de estudo

O município de Patos, foco desta pesquisa com relação ao Programa Bolsa Família (PBF), localiza-se no estado da Paraíba, Brasil, na mesorregião do sertão paraibano. Distante 307 km de João Pessoa, capital do seu respectivo estado, sua sede se encontra no centro do estado interligando-o com toda a Paraíba e viabilizando o acesso aos Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará. Conforme o IBGE (2013), no ano de 2014 sua população está estimada em 105.531 habitantes. Ademais, Patos é a 3ª cidade polo do estado do Paraibano, considerando sua importância socioeconômica, possui uma área territorial de 473,056 km², cujo bioma é a Caatinga.

De acordo com a pesquisa realizada pelas empresas McKinsey e da Geomarketing Escopo (2012), Patos teve um potencial de consumo de mais R\$ 1 bilhão em 2012, ingressou no mapa das vinte cidades do interior brasileiro com as maiores taxas de consumo. Ela está colocada entre as cidades de interior que mais crescem e se desenvolvem em todo o Brasil, conquistando a 16ª colocação no ranking dos 20 municípios que devem apresentar maior

consumo entre 2010 e 2020. O levantamento realizado pelo instituto expôs o objetivo de mapear o consumo e as novas probabilidades de mercado e a capital do sertão paraibano, empatou com importantes cidades como Caruaru/PE, Corumbá/MS e Itaituba/PA. A cidade ainda foi destacada como o 3º maior potencial de consumo paraibano, ascendendo 28 posições em comparação com 2013, desse modo, ultrapassou o município de Santa Rita e perde apenas para a capital, João Pessoa com R\$ 13,3 bilhões, além de Campina Grande que possui R\$ 6,5 bilhões, sendo também a 327ª colocação no ranking nacional, em 2014, a cidade tem previsão de R\$ 1,371 bilhão de consumo, um acréscimo de R\$ 200 milhões em relação a 2013.



Figura 04: Mapa do município de Patos/PB.
Fonte: Google maps (2014).

Entre 2005 e 2009, parafraseando o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município acendeu 70,5%, passando de R\$ 360,9 milhões para R\$ 615,2 milhões. O aumento percentual foi superior ao verificado no Estado ao superar os 70,2%. A estrutura econômica municipal demonstra participação expressiva do setor de serviços, o qual responde por 74,3% do PIB local. Vale resaltar também o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB caiu, pois em 2005 era de 16,4%, já em 2009 chegou a 16,1%. Dessa forma, fica evidenciado um sentido contrário ao verificado no Estado, em que a participação industrial cresceu de 16,4% em 2005 para 20,0% em 2009.

Quanto aos níveis de pobreza, em termos proporcionais, 8,8% da população está na extrema pobreza, com amplitude maior na área rural (20,9% da população na extrema pobreza na área rural contra 8,4% na área urbana). Com relação à taxa de analfabetismo, em 2010, as pessoas de 10 anos ou mais era de 17,1%. Na área urbana, a taxa era de 16,5% e na zona rural era de 35,8%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 6,0% (IBGE, 2010).

Por fim, o Programa Bolsa Família (PBF) no município em questão, em setembro de 2014, o número de beneficiários alcançou a marca de 12.666 famílias, representando uma cobertura de 121,0 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 138,57 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios a elas, atingiu R\$ 1.755.073 (MDS, 2014). A secretaria de desenvolvimento social é a responsável por gerir tal programa, ademais, ela também coordena os projetos de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, CRAS/PAIF, CREAS/PAEF, banco de alimentos, Centro dia do idoso, padaria comunitária, PETI, Projovem adolescente e Projovem trabalhador.

4.1.1 Caracterização do Programa Bolsa Família (PBF) no município de Patos/PB

Os beneficiários que fizeram parte do referido estudo em sua totalidade são da zona urbana, onde, 73% residem em casas e 27% em um quarto ou cômodo, sendo que, 61% moram de aluguel; 29% residem em casas cedidas e 10% possuem casa própria. Essas pessoas tiveram o conhecimento de tal programa em sua maioria através da televisão, rádio ou jornal, fato esse que representa 36% delas; 20% souberam por meio de amigos; 15% pelos familiares; 10% através da prefeitura e outros 10% pela escola ou creche dos seus filhos.

Já Sobre a quantidade de filhos aptos a ingressarem no Programa Bolsa Família (PBF), constatou-se antes de entrarem no PBF 8% não tinha filhos; 34% um filho; 26% dois filhos; 16% três; 9% quatro e 7% possuíam mais de quatro filhos. Já após ingressarem no programa 7% não tem nenhum filho; 36% um filho; 20% dois filhos; 21% três; 12% quatro e apenas 4% mais de quatro filhos, como podemos observar no gráfico 02 a seguir.

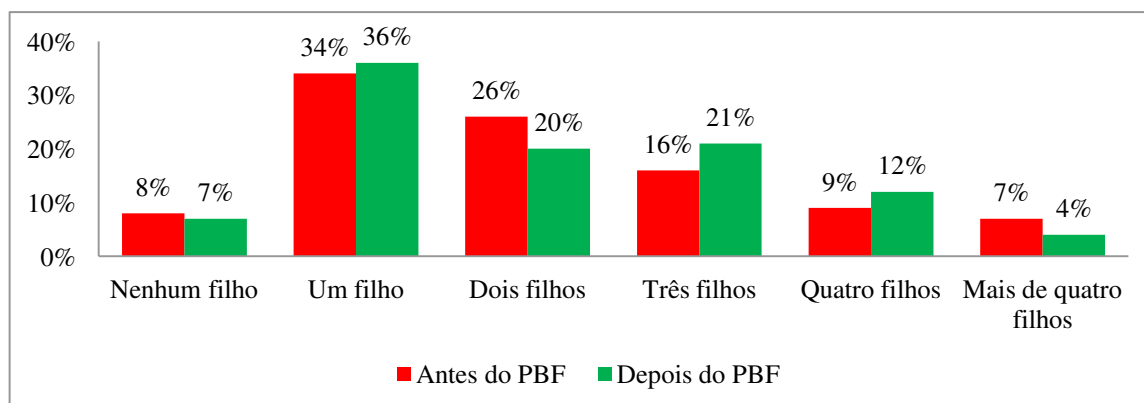


Gráfico 02: Quantidade de filhos antes e depois do PBF.

Fonte: Pesquisa direta (2014).

Portanto, ao analisar o gráfico exposto anteriormente, conclui-se que no aspecto de ser integrante do Programa Bolsa Família (PBF) não existe uma relação direta no que se refere ao crescimento do número de filhos dos beneficiários devido ao fato deles terem ingressado no programa.

Ademais, os beneficiários foram questionados sobre o número total de pessoas residentes em seu domicílio. 42% respondeu que residem de uma a três pessoas; 35% afirmam ter de quatro a seis pessoas na sua residência; 21% de sete a nove residentes e 2% acima de nove, conforme o gráfico 03 abaixo.

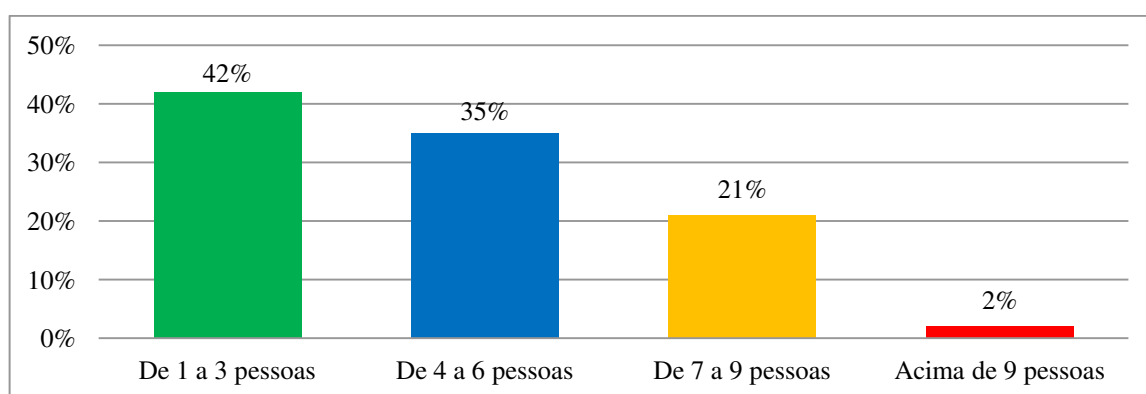


Gráfico 03: Número de pessoas residentes em cada domicílio.

Fonte: Pesquisa direta (2014).

A pesquisa ainda colheu dados com relação ao número de grávidas que residiam nos domicílios dos beneficiários. Dentro da amostra averiguada, foi verificado que em 8% das residências existe até uma mulher gestante, e em 7% há duas mulheres grávidas.

No município de Patos/PB, o total de famílias inscritas no cadastro único do Programa Bolsa Família (PBF) no mês de junho de 2014 equivale a 21.710 pessoas. Porém, existe uma grande instabilidade na relação tempo de cadastrado e início do recebimento do benefício.

O tempo médio que o beneficiário leva para fazer parte do PBF é de 7 a 12 meses, o que representa 32% da amostra, porém esse período pode durar ainda mais, visto que, 14% relatam que demoraram mais de 24 meses para ingressarem no programa e 22% esperou o período entre 19 e 24 meses. Além disso, outros 23% afirmam ter demorado de 1 a 6 meses para receber o seu primeiro benefício e outros 9% esperaram de 13 a 18 meses. Como apresenta o gráfico 04 a seguir.

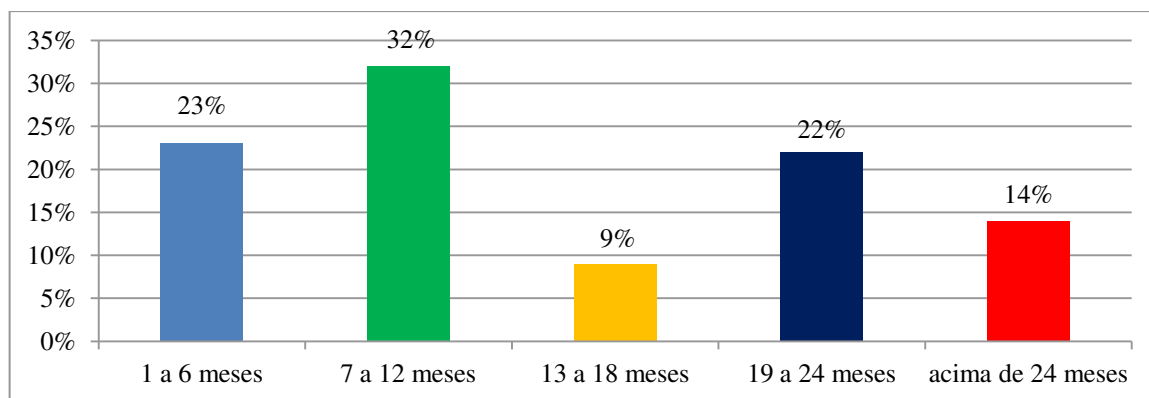


Gráfico 04: Tempo estimado para entrar no PBF após o cadastro.

Fonte: Pesquisa direta (2014).

Portanto, ao entrar no cadastro único do PBF, o beneficiário não possui nenhuma expectativa de quando irá receber o seu benefício. Dado comprovado na entrevista com a coordenadora do programa na cidade de Patos/PB, pois ela afirma que não há um tempo estimado para que as pessoas cadastradas venham a receber tal benefício, depende de um sorteio realizado pelo MDS entre os cadastrados.

O PBF no mês de setembro de 2014 alcançou a número de 12.666 famílias contempladas, representando uma cobertura de 121% da estimativa de famílias pobres no município.

As famílias recebem o valor mensal médio de R\$138,57 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios atingiu R\$ 1.755.073 no mês.

Conforme o gráfico 05 a seguir, observa-se que o valor médio de benefícios entrevistados fica entre R\$ 51,00 e R\$ 100,00 para 19%; a maioria correspondente a 46% relata que recebe de R\$ 101,00 a R\$ 150,00; de R\$ 151,00 a R\$ 200,00 para 25% e 10% respondeu que ganham entre R\$ 201,00 e R\$ 300,00.

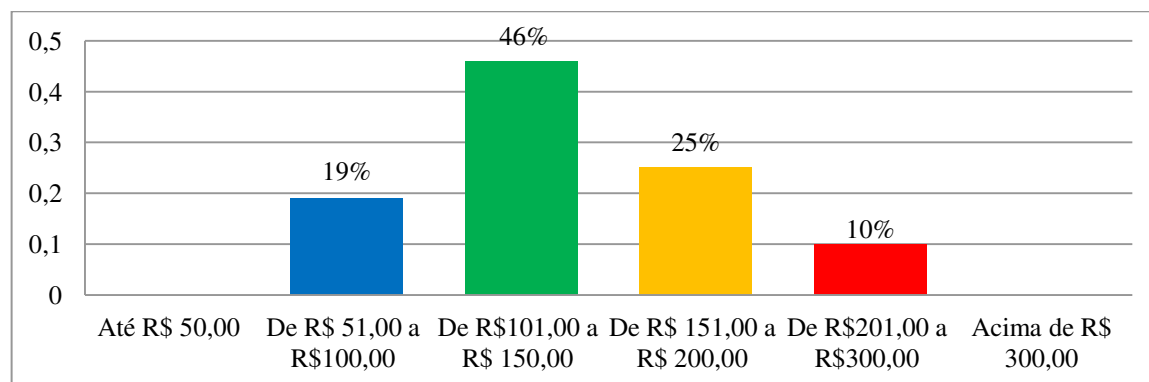


Gráfico 05: Valor do benefício.

Fonte: Pesquisa direta (2014).

Assim, constata-se que os dados apresentados pela Secretaria de Desenvolvimento Social do município e o MDS, está dentro dos parâmetros.

Segundo o MDS (2014), o município de Patos/PB possui 21.710 cadastrados, e 11.007 deles possuem renda per capita familiar de até R\$70,00; 8.262 possuem renda per capita familiar de até R\$ 140,00 e outras 2.441 com renda per capita até meio salário mínimo.

Além disso, o tempo médio que cada família recebe o benefício do programa atinge em sua maioria o período acima de 18 meses, onde 46% afirmam tal situação; outros 34% recebe o benefício entre 13 e 18 meses; 15% por volta de 7 e 12 meses e 5% de 1 a 6 meses. Conforme o gráfico 06 abaixo.

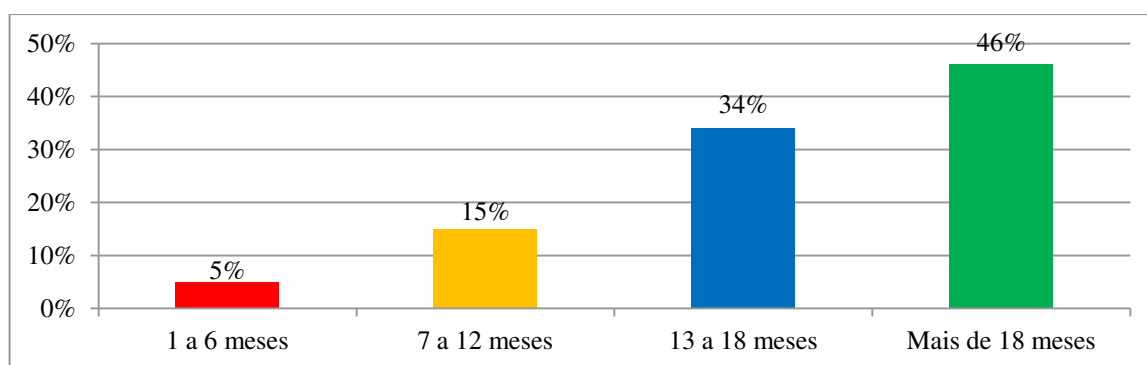


Gráfico 06: Tempo médio do benefício.

Fonte: Pesquisa direta (2014).

Após essa caracterização do objeto em estudo, será apresentada a seguir a avaliação do Programa Bolsa Família (PBF) no município de Patos/PB, com base nas três categorias analíticas de avaliação: metas, processo e impactos de uma política pública.

4.2 Avaliação do Programa Bolsa Família (PBF) no município em estudo

4.2.1 Avaliação de metas

As condicionalidades são as obrigações assumidas tanto pelas famílias beneficiárias do PBF, quanto pelo poder público para expandir o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos. Por um lado, as famílias precisam assumir e cumprir essas obrigações para continuarem recebendo o benefício. Por outro, o poder público através das condicionalidades se responsabilizam pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social.

Em relação a essas condicionalidades, ficou comprovado que o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de novembro de 2013, atingiu o percentual de

97,07%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 87,90%. Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dezembro de 2013, alcançou 74,44 %, percentual que compõe o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município (MDS, 2014).

Além disso, com base na entrevista realizada com a Secretária de Desenvolvimento Social, essas condicionalidades são acompanhadas pelas equipes do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), onde a Secretaria de Desenvolvimento Social possui uma integração na sua gestão com as secretarias de saúde e educação através do Sistema Presença¹, responsável exclusivamente para a gestão das condicionalidades do PBF, além da conexão fixa das equipes de tais secretarias, dentro não só das ações competentes a elas, mas também, na sede física da Secretaria de Desenvolvimento Social, para que com isso o trabalho tenha uma maior eficiência e eficácia.

No que se refere ao acompanhamento das condicionalidades por parte do poder público, ela está dentro dos padrões e metas estabelecidos, pois conforme Costa & Castanhar (2003), por meio da comprovação do progresso da política pública em função do grau das metas sendo cumpridas com sucesso, faz com que as outras categorias de avaliação: os processos e os impactos sejam geridos com eficiência e eficácia.

Diante no exposto acima, fica também evidenciado o alcance um dos objetivos específicos desta pesquisa: verificar o processo de avaliação desta política pública perante as suas condicionalidades.

A gestora do PBF no município em estudo foi questionada sobre o procedimento de entrada no programa. O beneficiário do Bolsa Família poderá integrar tal programa por tempo indeterminado, o único seguimento contrário a essa política são para os benefícios variáveis por idade, em que ao atingir os 17 anos, o valor recebido é automaticamente cancelado. Ficou evidenciado, que não há uma gestão para que esses beneficiários recebam o seu valor mensal durante um período de tempo determinado que em conjunto com ações de qualificação profissional elas possam ter um ganho financeiro maior e que venha a deixar de forma mais rápido o programa, beneficiando conseqüentemente aquelas que ficam na lista de espera do cadastro único.

¹ Sistema Presença: tem o objetivo de captar informações sobre os beneficiários do PBF, através da educação, e a partir dos relatórios gerados, são identificadas as reais causas da baixa frequência escolar.

Outro assunto abordado na pesquisa foi em relação à existência ou não de metas pré-determinadas do número de benefícios concedidos. O município de Patos/PB, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social que tem a função de gerir o Programa Bolsa Família (PBF), não possui metas pré-determinadas de quantas famílias serão beneficiadas durante certo período, dessa forma, a maneira em que a gerência emprega é o máximo possível de pessoas inscritas no programa, que por consequentemente, poderão ou não ser contempladas.

Esse fato esbarra na primeira categoria analítica de avaliação das políticas públicas, a avaliação de metas, onde segundo Costa & Castanhar (2003), com a utilização de metas pré-estabelecidas ou traçadas para o programa de políticas públicas, é possível definir o êxito ou fracasso do programa em função do nível de como as metas estão sendo cumpridas.

Já Rico (2009), diz que esse tipo de avaliação precisa além de estabelecer metas pré-definidas para o alcance de seus objetivos, trabalhar em conjunto dos processos e impactos, dessa forma, toda a metodologia analítica de avaliação será interligada, guiando o programa para a sua finalidade primordial.

Assim, não se identifica tal situação visto que, não existem metas com relação ao quantitativo de benefícios que serão entregues no mês ou no ano para aquelas pessoas que estão na lista de espera do cadastro único do Programa Bolsa Família possam ter uma previsão de quando elas irão integrar de maneira definitiva o programa.

Outro ponto abordado na pesquisa foi sobre a situação financeira das famílias e a finalidade do Programa Bolsa família (PBF), de acordo com a secretária de Desenvolvimento Social do município de Patos/PB:

A cidade de Patos atinge a sua finalidade primordial em reduzir a fome, a pobreza e a extrema pobreza, pois, é visível à geração de renda por meio do programa, a melhora da agricultura familiar, com isso, o comércio local possui um aumento significativo de suas vendas e por seguinte, seus lucros crescem e principalmente as famílias têm condições financeiras reais de adquirir coisas que elas não tinham condições de ter antes do programa.

Além do mais, os próprios integrantes do programa pesquisados, foram questionados sobre a situação financeira de sua família após ingressarem no PBF. Na visão de 25% a situação ficou muito melhor; para 57% a evolução foi melhor e 18% afirmam está na mesma condição inicial, de acordo com o gráfico 07 a seguir.

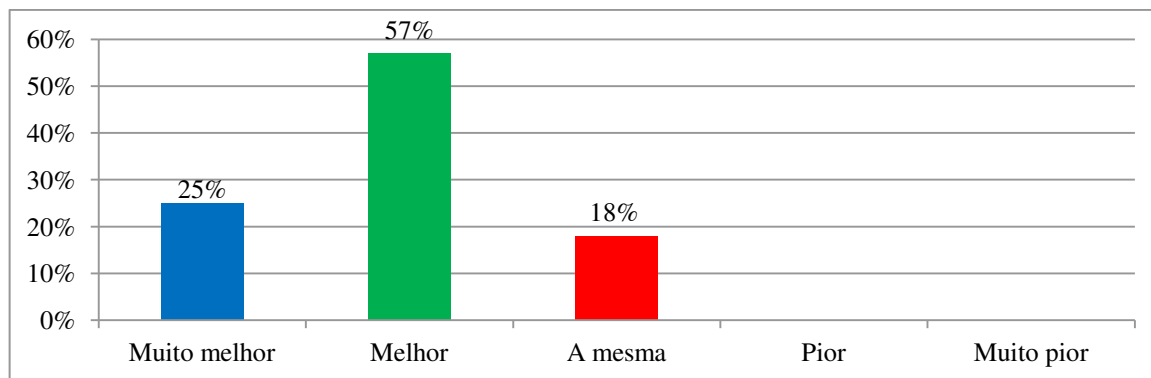


Gráfico 07: Situação financeira dos beneficiários.

Fonte: Pesquisa direta (2014).

Estes dados comprovam a amplitude de impacto na vida de cada beneficiário no âmbito socioeconômico, pois, eles saem de uma situação de total vulnerabilidade econômica para possuir um meio temporário de sustento.

Segundo Weissheimer (2006), O PBF nos últimos anos foi o fator determinante para o Brasil ter de fato reduzidos as suas desigualdades. Com o valor dos benefícios do programa mesmo não sendo elevados, as famílias tiveram uma evolução financeira ao considerar suas situações anteriores, entretanto, também é necessária a geração de trabalho e renda, desenvolver e criar oportunidades para aqueles que menos possuem. Esse será um dos caminhos para o crescimento de todo o país.

Dessa forma, o programa atinge o seu princípio de transferir renda promovendo o alívio imediato da pobreza para que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

4.2.2 Avaliação de processo

O primeiro aspecto abordado sobre a avaliação de processo do Programa Bolsa Família (PBF) no município em estudo diz respeito à forma de contribuição que o monitoramento das condicionalidades traz para o desenvolvimento dos beneficiários, a secretária ressalta a importância que esse monitoramento ocasiona:

Através da condição de obrigatoriedade de frequência escolar, os beneficiários obtêm um comprometimento com os seus estudos, dessa maneira, aumenta o seu grau de instrução e posteriormente, tendo uma maior possibilidade no futuro de oportunidades no mercado de trabalho. Além disso, o monitoramento da condicionalidade da saúde faz com que as crianças e gestantes tenham um acompanhamento adequado para que possam ter uma qualidade de vida digna.

O monitoramento da saúde das famílias, em dezembro de 2013, obteve 74,44%, percentual equivale a 6.958 famílias de um total de 9.347 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município. Algo que fica salientado diante da opinião dos beneficiários na pesquisa, onde, o acompanhamento do pré-natal das beneficiárias grávidas atinge os 97%, bem como, o cartão de vacinação das crianças estarem com 95% de situação em dia.

Traduzindo em números na opinião dos beneficiários, segundo o gráfico 08 a abaixo, a melhora com a qualidade de vida após ingressarem no PBF, 31% relatam está muito melhor; 50% afirmam está melhor a sua qualidade de vida e 19% dizem que a situação continua a mesma.

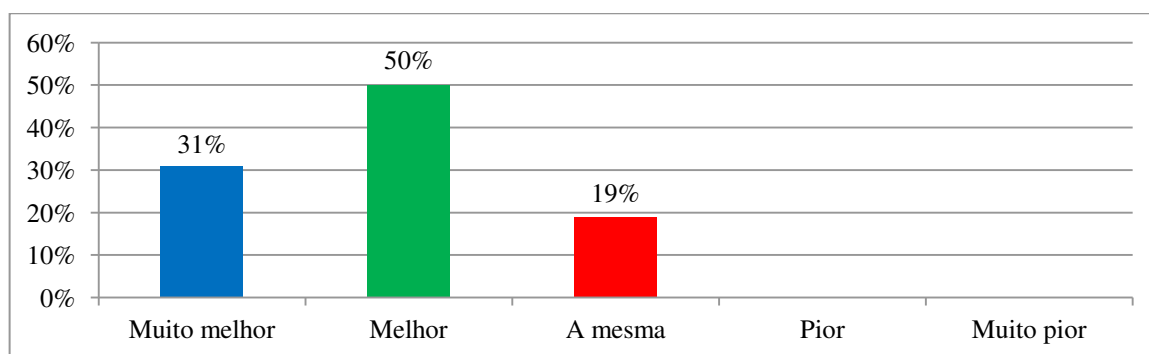


Gráfico 08: Qualidade de vida dos beneficiários.

Fonte: Pesquisa direta (2014).

Por seguinte, os beneficiários foram indagados sobre os gastos com educação que eles tiram do valor auferido pelo programa na educação de seus filhos. Para a maioria deles, cerca de 29%, os gastos nesse aspecto fica entre de R\$ 51,00 a R\$ 100,00 mensais; 11% não gastam nada; 18% gasta até R\$ 50,00; 22% de R\$ 101,00 a R\$ 150,00; 14% de R\$ 151,00 a R\$ 200,00 e para 6% os gastos são acima de R\$ 200,00; como é verificado no gráfico 09 a seguir.

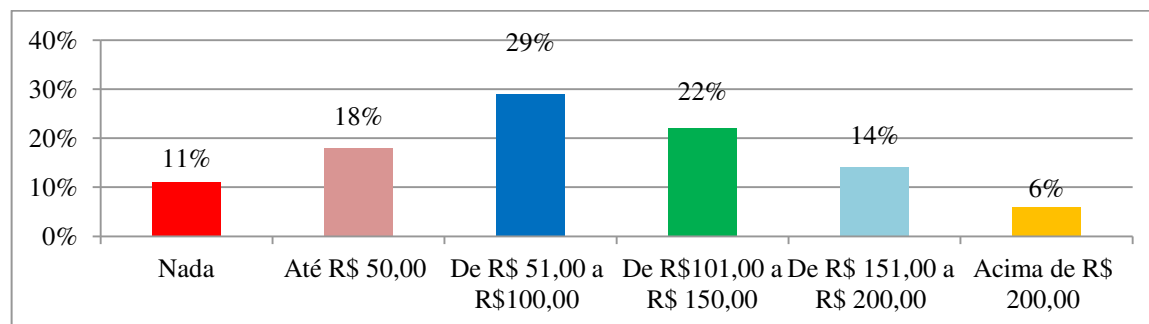


Gráfico 09: Gasto médio com educação.

Fonte: Pesquisa direta (2014).

A qualificação profissional dos participantes do PBF é um tema bastante discutido por vários meios da sociedade, visto que, o programa a princípio caracteriza-se por ser temporário com o objetivo de fazer com que os seus beneficiários obtenha através de programas profissionalizantes um salto na sua condição de vida. Sendo assim, a coordenadora do PBF em Patos/PB salienta que a Secretaria de Desenvolvimento Social, através do MDS, utiliza os programas de qualificação profissional, tais como, o Pronatec Brasil Sem Miséria por meio do Sistema “S”² do Senai, Senac e IFPB para qualificar os beneficiários em áreas onde o mercado local dispõe de espaço para eles.

Contudo, com base nas entrevistas com beneficiários do PBF, 80% deles afirmam que nunca participaram de ações governamentais com o objetivo de possuírem uma melhor qualificação profissional e para os 20% que tiveram tal experiência, 70% alegam que este curso não lhes deu uma oportunidade futura de emprego.

Essa circunstância, evidência uma falha na elaboração dos métodos de avaliação de processos de uma política pública que, parafraseando Costa & Castanhar (2003), ao ser detectado possíveis distorções na elaboração dos procedimentos, é necessário o uso adequado dessas informações produzidas durante o desenvolvimento do programa, para permitir a introdução de mudanças no seu conteúdo durante a própria execução.

Desse modo, se torna importante a utilização dessa tipologia, pois não é possível prever todas as situações favoráveis e desfavoráveis durante a elaboração de uma política. Assim, se permite controlar com antecipação o tamanho e a qualidade do efeito desejado para o programa (RICO, 2009).

Outro aspecto exposto na pesquisa e de ampla discussão em os brasileiros se trata de como é realização o processo de fiscalização do PBF, através da coleta dos dados, constatou-se que o único método na fiscalização do programa é feito por meio de denúncias anônimas, por meio do MDS, qualquer pessoa pode fazer a sua denúncia e posteriormente, equipes da Secretaria de Desenvolvimento Social vai a campo comprovar ou não tal fato.

Já o treinamento das equipes responsáveis pelo PBF no município de Patos/PB é feito por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em conjunto com o Governo Estadual com as equipes de fiscalização, visando melhorar o

² Sistema S: conjunto de organizações das entidades corporativas como Senai, Senac e Sesi, voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica.

acompanhamento dos beneficiários e o setor de cadastro do programa para as suas capacitações.

O acompanhamento realizado pelas equipes que após o treinamento realizado pelo MDS com o objetivo de melhor atender os beneficiários, acontece uma vez por mês, visto que 72% afirmam receber a visita de assistentes de saúde pelo menos uma vez por mês; outros 15% recebem vistas a cada três meses e 13% a cada seis meses, conforme o gráfico 10 abaixo.

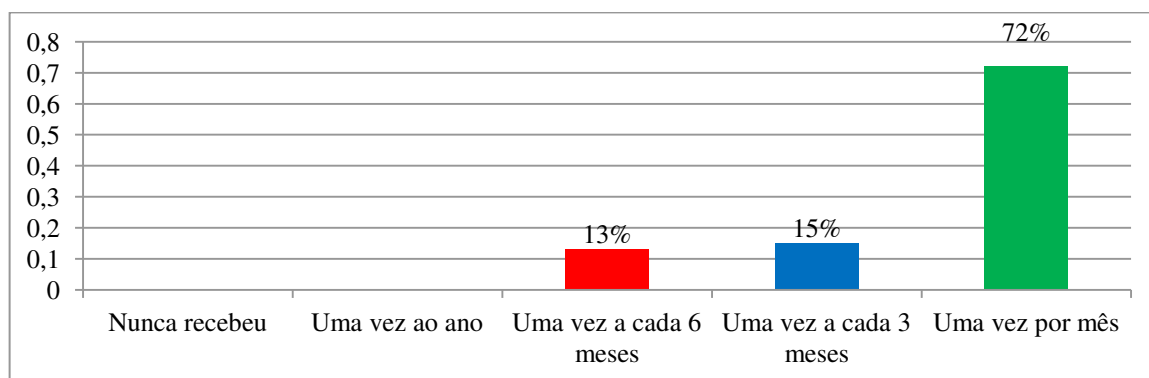


Gráfico 10: Acompanhamento social.

Fonte: Pesquisa direta (2014).

O processo de fiscalização e treinamento daqueles que participam diretamente do enfoque da avaliação do processo de uma política pública serve para adequar os sistemas de informações gerenciais, que são utilizados com base do trabalho dos gestores e dos avaliadores do programa a que se está gerenciando (CANO, 2009).

Por meio de um procedimento adequado na forma como a fiscalização e o treinamento são realizados, ocorre uma evolução na eficácia de acompanhar as famílias beneficiárias, pois as equipes obtêm uma maior capacidade de entender a real situação das pessoas, com isso, colabora para o desenvolvimento do programa com ações mais eficientes.

Por fim, com relação ao processo de bloqueio e cancelamento dos benefícios do PBF, foi identificado que na questão da renda familiar não é realizado um levantamento minucioso para obter um conhecimento real da situação financeira do contemplado, uma vez que esta situação de rendimentos é o maior responsável pelo número de cancelamentos e bloqueios de benefícios no município em estudo, pois o beneficiário ao ter um ganho salarial melhor do que possuía ao entrar no programa ele não atualiza os seus dados, para que com isso, continue recebendo o seu benefício normalmente.

Além disso, quando o benefício é bloqueado por motivo de descumprimento de alguma condicionalidade ele é suspenso por até dois meses, cabendo ao beneficiário procurar a Secretaria de Desenvolvimento Social para regulamentação da situação e verificar os reais

motivos para tal bloqueio, podendo ainda, reaver o valor bloqueado em caso de comprovação de não descumprimento das condicionalidades.

Os beneficiários relatam que nunca tiveram o benefício cancelado ou bloqueado para 54% deles, mas 16% já tiveram o bloqueio e/ou cancelamento do benefício por não cumprirem as condicionalidades; 10% por um de seus filhos terem atingido o limite de idade do programa e 20% não sabem o motivo de tal situação.

4.2.3 Avaliação de impactos

O primeiro ponto abordado sobre a avaliação de impactos que o Programa Bolsa Família (PBF) produz envolve as mudanças reais no âmbito socioeconômico trazidas por ele para os seus beneficiários, esta pesquisa corroborou por meio das entrevistas com a gestora do programa e seus integrantes que as principais mudanças dizem respeito ao aumento do poder aquisitivo das pessoas que integram o PBF, através disso, eles obtêm maiores oportunidades de adquirirem produtos alimentícios que antes não consumiam, além de utilizar parte do dinheiro ganho para empregar na compra de roupas e acessórios, algo antes inimaginável por eles, dessa forma, acarreta diretamente em uma evolução significativa na qualidade de vida desses beneficiários.

A avaliação de impactos mostra as mudanças que ocorrem no desenvolvimento das pessoas, seja no seu bem-estar ou estado de satisfação, além de evidenciar as alterações nos aspectos econômicos, sociais, educacionais e trabalhistas que eles atingem devido à eficácia das políticas públicas (COSTA & CASTANHAR, 2003).

Para ressaltar esses aspectos citados anteriormente, os beneficiários foram questionados sobre o número de refeições que eles faziam antes e depois de participarem do PBF, O número de refeições diárias feitas por eles teve uma ampliação ao considerar o antes e depois do seu ingresso no PBF. Antes do programa, 12% fazia apenas uma refeição diária; 27% duas; 52% três refeições e somente 9% fazia quatro refeições por dia. Já após o ingresso do PBF, nenhum entrevistado faz uma refeição; 6% fazem duas; 54% comem três vezes por dia e 40% passou a ter recursos para quatro refeições diárias. Como mostra o gráfico 11 abaixo.

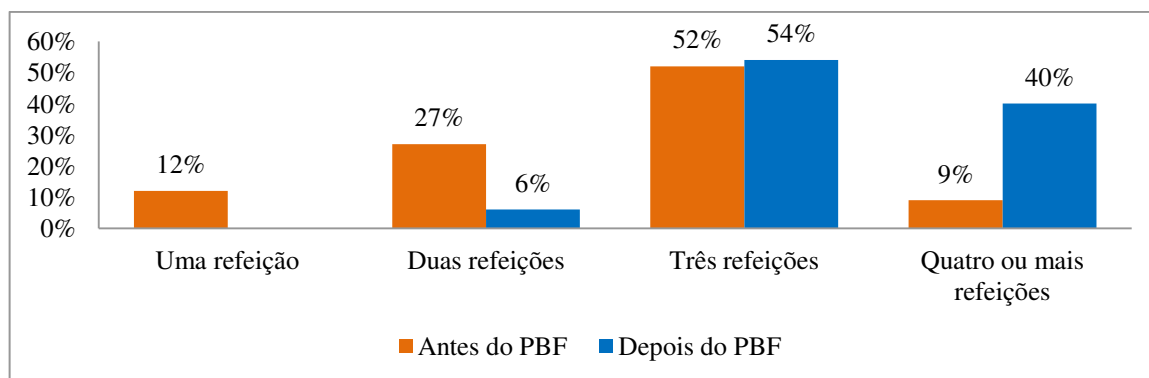


Gráfico 11: Condição alimentar antes e depois do PBF.

Fonte: Pesquisa direta (2014).

Observa-se, pois que, os beneficiários tiveram um impacto imediato na sua alimentação após entrarem no PBF, isso origina um avanço tanto social, quanto econômico, visto que eles possuem um dinheiro mensal que provoca um maior poder aquisitivo para sua subsistência, além de movimentar o comércio local com a injeção de um novo fator de compras. Todavia, 22% dos entrevistados relatam que precisam de algum tipo de doação alimentar, devido ao número de refeições atuais serem insuficientes.

De modo geral, o objetivo específico de indicar os impactos socioeconômicos do Programa Bolsa Família para os beneficiários, fica claro, pois os beneficiários ao ingressarem no PBF tiveram avanços sociais e econômicos, com relatado anteriormente neste tópico.

Ademais, foi perguntado o valor gasto auferido do PBF com alimentação, segundo o gráfico 12 a seguir, cerca de 20% tem despesas neste aspecto entre de R\$ 51,00 a R\$ 100,00 mensais; 9% não gastam nada; 18% gasta até R\$ 50,00; 20% de R\$ 101,00 a R\$ 150,00; 19% de R\$ 151,00 a R\$ 200,00 e para 10% os gastos são acima de R\$ 200,00.

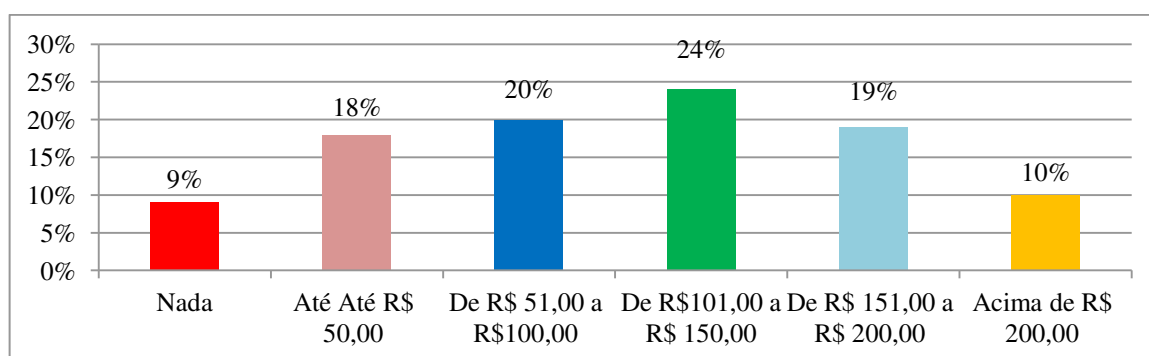


Gráfico 12: Gastos com alimentação.

Fonte: Pesquisa direta (2014).

Constata-se, que os beneficiários gastam em médio por mês de R\$ 101,00 a R\$ 150,00 reais do valor recebido pelo programa, o que equivale a 24% dos entrevistados.

Outro ponto abordado sobre as mudanças que o PBF traz para os seus beneficiários, diz respeito ao acesso a saúde e a educação após a implementação do programa no município.

A secretária de desenvolvimento social de Patos/PB comenta:

Por meio dessas transformações na educação, as crianças e os jovens aumentaram o seu nível de escolaridade, concluindo o ensino fundamental e médio, e na saúde elas procuram com mais frequência estar com a sua vacinação em dia, além de ter uma maior preocupação com a sua qualidade de vida, isso tudo graças à obrigatoriedade das condicionalidades do programa.

Parafraseando Cano (2009), as políticas públicas através de suas ações, metas e planos voltados para a solução de problemas da sociedade, alcançam o seu objetivo ao trazer um progresso para aqueles que de maneira direta participam da política, impactando assim na coletividade com um todo.

Os avanços no acesso da educação e saúde para os beneficiários são visíveis, através das condicionalidades nesses pontos, os beneficiários além de não perderem os seus benefícios, começam a compreender a importância que a educação traz principalmente para as suas vidas, por meio dela, os seus filhos podem ter um futuro que eles não tiveram, e o país como um todo segue no caminho para ter uma sociedade igualitária.

Sobre o número de quantos beneficiários deixaram de receber o benefício em Patos/PB devido a sua melhora de vida com a ajuda do PBF, não existe por parte da Secretaria de Desenvolvimento Social do município nenhum dado e controle sobre este tópico, pois segundo a secretária, o beneficiário é quem de forma voluntária deixa de querer ter o direito de recebê-lo, por causa do seu progresso socioeconômico.

Com relação aos pontos positivos que o Bolsa Família traz para a cidade de Patos/PB na sua economia e o impacto dele para a sociedade com um todo, a secretária explica que a economia local cresce por causa da injeção de dinheiro que o PBF coloca no mercado consumidor, isso traz um maior lucro para o comércio Patoense, além de gerar um acréscimo no número de empregos diretos e indiretos devido ao maior fluxo de venda, beneficiando não só aqueles que recebem a bolsa, mas também, impactando diretamente os não a recebe. Ela relata ainda que, não existe nada que impeça avaliação do programa e consequentemente na gestão do mesmo.

Por fim, a coordenadora do PBF no município em estudo, foi perguntada a respeito da avaliação do programa e dos impactos que ele gera para os beneficiários. Ela alega:

O Bolsa Família é essencial para que a população mais carente consiga ter uma vida mais digna, ele é um programa que sustenta a busca por mais igualdade entre as

classes sociais. Em Patos, ele está obtendo o resultado final desejado, pois além de ser uma forma de impactar uma maior distribuição de renda e redução da desigualdade social, ela faz com que o nosso país se desenvolva economicamente e socialmente.

Tal afirmação confirma a função da avaliação de impactos das políticas públicas, que conforme Costa & Castanhar (2003), ela não apenas analisa se as atividades determinadas foram realizadas, mas também busca avaliar se os resultados finais foram alcançados. O enfoque desse tipo de estudo é detectar as transformações na condição de vida dos beneficiários como resultado de um programa que está medindo as mudanças na direção almejada.

Cano (2009) complementa ao dizer que através dessa terceira tipologia analítica, detectam-se as transformações que efetivamente ocorreram, e em que medida as mudanças acontecem na direção desejada, para que de maneira rápida seja possível realizar os ajustes em eventuais distorções.

Já esta política pública para os beneficiários do Programa Bolsa família (PBF) é avaliada positivamente para a maioria deles, onde, 54% avaliam com muito bom e 36% como bom e 10% como regular, no que se refere ao progresso nas suas vidas após ingressarem no programa de acordo com o gráfico 13 abaixo.

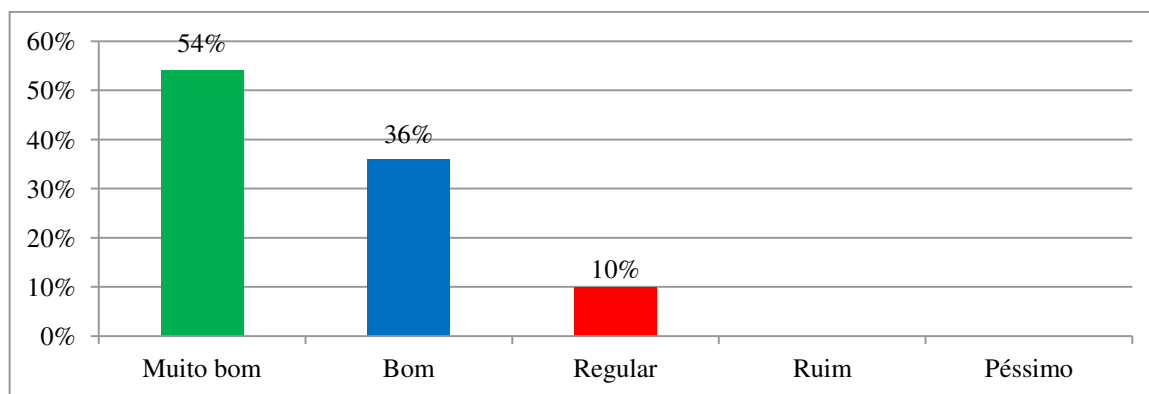


Gráfico 13: Avaliação do Programa Bolsa Família (PBF).

Fonte: Pesquisa direta (2014).

Destarte, a compreensão de como a avaliação dos resultados do programa Bolsa Família no município de Patos/PB contempla os impactos socioeconômicos apontados pelos beneficiários, fica evidente. Atingindo conseqüentemente, o terceiro e último objetivo específico desta pesquisa.

As políticas públicas nasceram para combater os problemas socioeconômicos, portanto ela age no desenvolvimento dos seus usuários diretos e indiretos. A importância do

campo do conhecimento de políticas públicas envolve os aspectos econômicos, bem como, a área social.

Parafraseando Secchi (2013), a política pública é um organismo desenvolvido para enfrentar os problemas públicos. Essas dificuldades são as razões para o estabelecimento de uma política pública para o tratamento ou a resolução de um problema entendido como relevante para a sociedade.

A redução da pobreza através dos programas de transferência de renda não será permanente sem a geração de empregos locais e sem crescimento interno. As políticas públicas carecem de interligação com as políticas voltadas para o desenvolvimento da mão de obra interna, corroborando com impactos socioeconômicos de longo prazo (PIZANI & MATOS).

Dessa forma, com a utilização da avaliação da política, os gestores compreendem com mais eficiência e eficácia os efeitos dos programas implementados, por meio das informações colhidas, que serão usadas para o desenvolvimento, concepção e implementação das políticas públicas. A avaliação baseia as decisões e aprimora a oferta das políticas e programas públicos.

5 CONCLUSÃO

As políticas públicas equilibram as disparidades oriundas do processo de má distribuição de renda que afeta a sociedade não agora, mas há várias décadas. Essas disparidades causam um distanciamento entre as classes sociais mais ricas e as mais pobres, seja na educação, saúde ou qualidade de vida.

O Estado torna-se a fonte para guiar os caminhos de uma sociedade mais justa e igualitária, com o objetivo de criar políticas públicas que visam assegurar o bem estar social e cumprir o direito estabelecido constitucionalmente que é a garantia de saúde, educação, trabalho e alimentação para todo indivíduo.

Dessa forma, são criadas as políticas públicas, como o Programa Bolsa Família (PBF), estimadas como as principais vias do governo para enfrentar esses problemas. Não obstante, alguns questionamentos devem ser colocados, sobretudo, se o programa tem de fato reduzido o nível de pobreza das famílias e quais os impactos socioeconômicos do programa em curto e longo prazo. Por isso, se faz necessário o processo de avaliação de uma política pública.

Nesse contexto, esta pesquisa buscou compreender a avaliação do Programa Bolsa Família no município de Patos/PB na perspectiva dos beneficiários e gestores públicos. De modo geral, o PBF em Patos/PB pode ser avaliado de maneira positiva com relação aos seus impactos no âmbito da distribuição de renda e redução da pobreza e extrema pobreza. O programa produziu para os seus beneficiários acréscimos do poder aquisitivo, assim, eles possuem maiores oportunidades de consumo, faz com que a economia local cresça, além de acarretar na sua evolução socioeconômica, bem como, o ganho econômico dos não beneficiários diretos do programa.

Ademais, por causa das condicionalidades de saúde e educação os beneficiários obtiveram transformações na educação, uma vez que as crianças e os jovens aumentaram o seu nível de escolaridade ao concluírem o ensino fundamental e médio, e na saúde, eles têm uma maior frequência por estar com a sua vacinação em dia e terem mais acesso aos serviços médicos.

Dessa forma, a respeito da terceira e última categoria analítica de avaliação de uma política pública, a avaliação de impactos, é satisfatória, visto que nesta fase são evidenciadas as modificações que ocorrem no desenvolvimento das pessoas, seja na sua qualidade de vida ou superação de suas vulnerabilidades, além da identificação das alterações positivas nos aspectos econômicos, sociais e educacionais.

Todavia, com relação às outras duas categorias analíticas da avaliação do Programa Bolsa Família (PBF), há falhas na maneira delas serem avaliadas. Na avaliação de metas, não é constatado metas pré-determinadas para o programa, assim não é possível avaliar o alcance de seus objetivos traços previamente. Essa etapa precisa interligar as outras duas fases analíticas, guiando o programa para a sua finalidade primordial e tendo a real noção do seu êxito.

Já na avaliação de processo, não é detectado os defeitos na elaboração dos procedimentos quanto os programas de qualificação profissional dos beneficiários, é necessário realizar uma análise minuciosa para usar adequadamente essas informações produzidas durante o desenvolvimento do programa, permitindo assim, a introdução de alterações no seu conteúdo ainda na execução do programa.

Observa-se, pois que, são relevantes os impactos positivos que o Programa Bolsa Família (PBF) tem proporcionado na vida das famílias. Contudo, o programa precisa ser avaliado constantemente para que as suas falhas sejam encontradas, e desse modo, os avanços no desenvolvimento da política venham ser realizados em menor tempo, gerando impactos sobre os beneficiários de longo prazo, utilizando uma visão não apenas econômica, mas unindo este aspecto com a área social, para que o país possa continuar a crescer economicamente ao distribuir renda, reduzindo a pobreza e tornando a nação mais justa e igualitária para todas as pessoas.

Com esse intuito, espera-se que outros estudos do PBF no Brasil e no município de Patos/PB sejam realizados em torno da temática avaliação das políticas públicas, com base em uma análise mais ampliada, pois esta pesquisa teve a limitação de uma amostragem não probabilística. Destarte, ela sirva de exploração para novos acadêmicos, bem como a sociedade, para fomentar uma visão clara e informativa sobre a eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. **Monografia no curso de administração: guia completo de conteúdo e forma**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 5 ed. UFSC, 2002.

BARROS Ricardo Paes de, FOGUE, Miguel Nathan, ULYSSEA, Gabriel. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília. IPEA, 2006. Disponível em: <www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/desigualdaderendanobrasil/abertura.pdf>. Acesso em: 15 Ago. 2014.

BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí (RS): Unijuí, 2007.

BRASIL. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004: Programa Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm>. Acesso em: 22 Jul. 2014.

_____. **Medida provisória nº 132, de 20 de outubro 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2003/132.htm>. Acesso em: 22 Jul. 2014.

CAMPOS, Marta Silva; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira**. SER Social 12: Revista Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade de Brasília. v.1 nº1, p. 165-190, jan. a jul. 2003.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

CANO, Ignácio. **Introdução à avaliação de programas sociais**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

COHN, Amélia. **Programas de transferência de renda e a questão social no Brasil**. INAE – Instituto Nacional de Altos Estudos. Estudos e Pesquisas, Rio de Janeiro, n.85. Set. 2004.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos**. Revista de Administração Pública,

Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 962-969, set./out. 2003.

COTTA, Tereza Cristina. **Avaliação educacional e políticas públicas: a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb)**. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 52, n. 4, p. 89-110, out./dez. 2001.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DIAS, Donaldo de Souza; SILVA, Mônica Ferreira da. **Como escrever uma monografia: manual de elaboração com exemplos e exercícios**. São Paulo: Atlas, 2010.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001.

GEO MARKETING ESCOPO. **O novo mapa de consumo**. Disponível em: <<http://www.escopo.com/solucoes-pesquisa.htm>>. Acesso em: 27 Out. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOOGLE MAPS. **Mapa do município de Patos/PB**. 2014. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-7.0195384,-37.2724336,15z>>. Acesso em: 17 Out. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em: 07 Ago. 2014.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua 4º trimestre 2013**.

Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Fasciculos_Indicadores_IBGE/pnadc_2013_04_trimestre_caderno.pdf>. Acesso em: 07 Ago. 2014.

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2012. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2012/indic_sociais2012.pdf>. Acesso em: 10 Out. 2014.

_____. **IBGE cidades: Patos/PB.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251080&search=paraibalpatos>>. Acesso em: 01 Nov. 2014.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Bolsa Família.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 23 Jul. 2014.

_____. **Gestão Descentralizada.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/gestaodescentralizada>>. Acesso em: 23 Jul. 2014.

_____. **Relatório de informações sociais.** Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php>>. Acesso em: 23 Jul. 2014.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Relatório Territorial Brasil.** 2013. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/relatorio-territorial-da-ocdebrasil2013_5k8zskmlkhtc.pdf;jsessionid=2i3sgiun1s4mu.x-oecd-live->. Acesso em: 12 Ago. 2014.

PIZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania.** São Paulo: Editora Unesp, 2013.

RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate.** São Paulo: Cortez, 2009.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projeto de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso.** 3. ed . 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

SARAVIA, Enrique. **Introdução à Teoria da Política Pública.** In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs). **Políticas Públicas: coletânea.** Vol. 1. Brasília: ENAP, 2006, p. 21-42.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Os programas de transferência de renda e a pobreza no Brasil: superação ou regulação?** Revista de Políticas Públicas, São Luis, v. 8, n. 2, jul./dez. 2005.

SILVA, Maria Ozanira da Silva ; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no séc. XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez, 2006.

SOARES, F. V.; RIBAS, R. P.; OSÓRIO, R. G. **Avaliando o impacto do Programa Bolsa Família: uma comparação com programas de transferência condicionada de renda de outros países.** Brasília: Centro Internacional de Pobreza, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2007. Disponível em: <<http://www.undppovertycentre.org/pub/port/IPCEvaluationNote1.pdf>>. Acesso em: 11 Ago. 2014.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In.: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (org.). **Políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. P.65-86.

_____. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura.** Revista Sociologia: Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006. P. 20-45.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 13. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. **Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração.** In: Vieira, Marcelo Milano Falcão; Deborah Moraes Zouain (org.). Pesquisa qualitativa em administração. 2ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

WEISSHIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de brasileiros.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA OS BENEFICIÁRIOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA CAMPUS VII – ANTONIO MARIZ / PATOS-PB CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS

Com a finalidade de desenvolver uma pesquisa acadêmica em torno da temática Avaliação de políticas públicas: uma análise do Programa Bolsa Família no município de Patos/PB, objeto de estudo do trabalho de pesquisa, solicitamos sua colaboração no sentido de responder com sinceridade o questionário abaixo. **Será garantido total sigilo de todas as informações prestadas e os dados serão analisados de forma agregada, assegurando-se a não identificação do respondente.** Na certeza de sua valiosa colaboração, agradeço com estima e apreço.

Sérgio Medeiros dos Santos Filho
Estudante do Curso de Graduação em Administração

Parte I – Perfil Sociodemográfico

Sexo

Masculino Feminino

Faixa etária

até 20 anos de 31 a 40 anos
 de 21 a 30 anos de 41 a 50 anos acima de 50 anos

Escolaridade

Não alfabetizado Alfabetizado Ensino médio Ensino fundamental
 Superior completo Superior incompleto Pós-graduado

Parte II – Caracterização

- 1) De que forma você teve conhecimento do Programa Bolsa Família?
(a) Prefeitura (b) Parentes (c) Vizinhos (d) Amigos (e) Televisão/Rádio/Jornal
(f) Escola/Creche (g) Posto de saúde (h) outros
- 2) Quanto tempo levou entre o preenchimento do formulário e o início do recebimento do benefício do bolsa família?
(a) De 1 a 6 meses (b) De 7 a 12 meses (c) De 13 a 18 meses (d) De 19 a 24 meses
(e) Acima de 24 meses
- 3) Em que tipo de domicílio em que mora?

- (a) Casa (b) Apartamento (c) Quarto ou cômodo
- 4) Qual a localização do domicílio?
(a) Zona Urbana (b) Zona Rural
- 5) Qual condição de ocupação do domicílio?
(a) Alugado (b) Próprio (c) Cedido (d) Outra condição
- 6) Quantas pessoas moram neste domicílio?
(a) De 1 a 3 (b) De 4 a 6 (c) De 7 a 9 (d) Acima de 9
- 7) Quantas mulheres grávidas existem na casa?
(a) 0 (b) 1 (c) 2 (d) 3 (e) Acima de 4
- 8) Há quanto tempo você recebe este benefício?
(a) de 1 a 6 meses (b) de 7 a 12 meses (c) de 13 a 18 meses (d) mais de 18 meses
- 9) Qual o valor do seu benefício?
(1) Até R\$ 50,00 (2) De R\$ 51,00 a R\$100,00 (3) De R\$101,00 a R\$ 150,00
(4) De R\$ 151,00 a R\$ 200,00 (5) De R\$200,00 a R\$300,00 (6) Acima de R\$ 300,00

Parte III – Impactos econômicos

- 10) Algum membro da família já participou de cursos de geração de renda promovido pelo programa?
(a) Sim (b) Não
- 11) Este curso lhe deu oportunidade de trabalho?
(a) Sim (b) Não
- 12) Como você avalia a situação financeira do seu domicílio quando comparada com a situação antes do PBF?
(a) Muito melhor (b) Melhor (c) A mesma (d) Pior (e) Muito pior

Parte IV – Impactos sociais

- 13) Quantas refeições por dia a sua família fazia antes de entrar no PBF?
(a) 1 (b) 2 (c) 3 (d) 4 dias ou mais
- 14) Quantas refeições por dia a sua família faz agora ao participar do PBF?
(a) 1 (b) 2 (c) 3 (d) 4 ou mais
- 15) Do valor recebido da bolsa, quanto gasta com alimentação?
(a) NADA (b) Até R\$ 50,00 (c) De R\$ 51,00 a R\$100,00

- (d) De R\$101,00 a R\$ 150,00 (e) De R\$ 151,00 a R\$ 200,00
(f) Acima de R\$200,00
- 16) Mesmo recebendo o benefício do Programa Bolsa Família, ainda precisa de alguma doação para se alimentar?
(a) Sim (b) Não
- 17) Quantos filhos tinha antes de ser beneficiado(a) da pelo PBF?
(a) 0 (b) 1 (c) 2 (d) 3 (e) 4 (f) Acima de 4
- 18) E atualmente?
(a) 0 (b) 1 (c) 2 (d) 3 (e) 4 (f) Acima de 4
- 19) Como você avalia a qualidade de vida da sua família quando comparada com a situação antes do PBF?
(a) Muito melhor (b) Melhor (c) A mesma (d) Pior (e) Muito pior

Parte V – Avaliação

- 20) Alguma vez teve o benefício bloqueado ou cancelado? Se sim, qual o motivo?
(a) Não cumpriu alguma das condicionalidades (na área da saúde, educação ou assistência social).
(b) Aumento da renda familiar (per capita)
(c) Crianças/adolescentes completaram a idade limite
(d) Recebia mais de um benefício
(e) Não sabe o motivo
- 21) Do valor recebido do programa, quanto gasta com educação?
(a) Nada (b) Até R\$ 50,00 (c) De R\$ 51,00 a R\$100,00 (d) De R\$101,00 a R\$ 150,00
(e) De R\$ 151,00a R\$ 200,00 (f) Acima de R\$200,00
- 22) Com que frequência recebe a visita de agentes de saúde em casa?
(a) Nunca recebeu (b) 1 vez no ano (c) 1 vez a cada 6 meses
(d) 1 vez a cada 3 meses (e) 1 vez por mês
- 23) Estão tendo acompanhamento médico (Pré-natal)?
(a) Sim (b) Não
- 24) O cartão de vacinação das crianças está em dia?
(a) Sim (b) Não
- 25) De modo geral, como você avalia o PBF?
(a) Muito bom (b) bom (c) Regular (d) Ruim (e) Péssimo

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS GESTORES**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VII – ANTONIO MARIZ / PATOS-PB
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO: ADMINISTRAÇÃO****ROTEIRO DE ENTREVISTA**

NOME: _____
INSTITUIÇÃO: _____
CARGO/FUNÇÃO: _____
TEMPO NO CARGO: _____

I – CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA

- 1) Quantas famílias estão recebendo o benefício do PBF atualmente?
- 2) Quantas estão cadastradas no Cad. Único, esperando entrar no programa?
- 3) Qual o valor médio recebido pelos beneficiários no município de Patos/PB?
- 4) Quais os referentes à renda média das famílias antes de ingressarem no PBF?

II - AVALIAÇÃO DE METAS

- 5) No município a relação número de famílias cadastradas e número de famílias beneficiadas estão dentro da meta prevista? Explique.
- 6) Como acontece o acompanhamento das condicionalidades? Há integração entre Secretarias (saúde, educação, etc.) na gestão destes dados?
- 7) Quais os dados da frequência escolar/evasão antes do programa? E atualmente?
- 8) Vocês possuem dados referentes à renda média das famílias antes de ingressarem no PBF? Quais são?
- 9) Existe uma meta fixada de quanto tempo um beneficiário ficará recebendo o benefício, visando no futuro não precisar mais dele, por exemplo, com a ajuda das ações que acompanham o PBF?
- 10) O PBF na cidade está atingindo a sua finalidade primordial (reduzir pobreza, fome, etc.)? Cite exemplo.

III - AVALIAÇÃO DE PROCESSO

- 11) De que forma o monitoramento das condicionalidades (saúde, educação e assistência social), contribuem para o desenvolvimento dos beneficiários?
- 12) Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar dos beneficiários, bem como a saúde dos mesmos, atinge o previsto por vocês? Quais são?
- 13) Como vocês incentivam os beneficiários a terem uma qualificação profissional? Quais são os meios utilizados?
- 14) Como ocorre o processo de fiscalização do Bolsa Família?
- 15) Existe algum tipo de treinamento para as pessoas desempenharem suas funções envolvendo o PBF? Como é feito?
- 16) Existe acompanhamento para saber qual a real situação famílias? Como ele é feito, e por quem?
- 17) Quando um benefício é cancelado ou bloqueado, o que este beneficiário precisa fazer? Qual o tempo médio que leva para a situação ser normalizada?
- 18) Quando há um cancelamento ou bloqueio do benefício, o beneficiário tem o direito de reaver o valor deixado de receber durante o período do cancelamento e/ou bloqueio?

IV - AVALIAÇÃO DE IMPACTOS

- 19) Quais foram as mudanças sociais e econômicas que se mostraram visíveis através do PBF?
- 20) Quais as mudanças no acesso à saúde e educação ocorrem após a implementação do PBF no município?
- 21) Quantos beneficiários do PBF deixaram de receber o benefício devido à melhora de vida? Quais foram os motivos para isso?
- 22) Qual o impacto econômico que o PBF traz para o município de Patos/PB? Explique.
- 23) O PBF em Patos/PB contribui de que forma para os não beneficiários?
- 24) Qual é a sua opinião sobre o PBF? O que é ainda preciso mudar para que os beneficiários tenham uma vida melhor?
- 25) Por fim, o que impede uma avaliação mais eficaz do programa? Algum aspecto não consegue ser avaliado? Quais os impactos disso para a gestão e para os beneficiários?